



Pesquisa: Impactos da Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina

Entidade Responsável: Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC).

Coordenação Estadual do Sinte/SC

Evandro Accadrolli – Coordenador Estadual

Anna Julia Rodrigues - Vice-coordenadora Estadual

Ilone Moriggi - Secretária Geral

Robson Cristiano da Silva - Secretário de Finanças

Regina Garcia Ferreira - Secretária de Organização

Aldoir José Kraemer - Secretário de Formação Política e Sindical

Elivane Secchi - Secretária de Trabalhadores em Educação Admitidos em Caráter Temporário

Alvete Pasin Bedin - Secretária dos Aposentados e Assuntos Previdenciários

Luiz Carlos Vieira - Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais

Sandro Luiz Cifuentes - Secretário de Imprensa e Divulgação

Diego de Souza Manoel - Secretário de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Vera Lucia Freitas - Secretária de Direitos Humanos e Gênero

Marcio José Pereira de Souza - Secretário de Igualdade Racial e Combate ao Racismo

Katiane Weschenfelder Golin - Secretária de Saúde dos Trabalhadores em Educação

Oswaldo de França - Secretário de Juventude

Simone de Aguiar Rodrigues - Secretária de Políticas Sociais

Marlusa Aparecida Kayser Karklis - Secretária de AEs, ATPs, Especialistas em Assuntos Educacionais, Consultores e Funcionários.

Coordenação Responsável pela pesquisa no Sinte/SC: Luís Carlos Vieira

Assessoria: Prof^ª. Dra. Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva (IFC - Camboriú)

Prof^º. Ms. Juliano André Deotti da Silva (Doutorando em Educação-UFPR)

Prof^º. Dr. Willian Simões (UFFS – Chapecó)

Florianópolis, maio de 2023

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

I – INTRODUÇÃO

Os dados apresentados neste relatório referem-se à pesquisa “Impactos do Novo Ensino Médio na Educação Pública Catarinense”, realizada no segundo semestre de 2022, com professores e gestores das escolas da Rede Estadual de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa exploratória, coordenada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC) que contou com apoio analítico de parceiros. O objetivo central da pesquisa foi compreender o contexto de implantação do Novo Ensino Médio (NEM) no estado de Santa Catarina em diferentes dimensões, com destaque: ao reordenamento do currículo e oferta do Ensino Médio; o papel da SED/SC e das CREs; a formação continuada de professores; o material de apoio pedagógico e informativo disponível; as condições de trabalho docente; e a infraestrutura das escolas.

Participaram da pesquisa 752 trabalhadores/as da educação, sendo 93 profissionais atuantes em equipes gestoras e 659 professores das Escolas da Rede Estadual de Ensino que estão implantando o Novo Ensino Médio em Santa Catarina. A maioria dos participantes são filiados ao Sinte/SC. Os dados que são apresentados neste relatório, foram coletados até o dia 29 de novembro de 2022, por meio de um questionário no formato Google Forms, disponibilizado no site do Sinte/SC (<https://sinte-sc.org.br/>), composto de questões fechadas e abertas, sendo 55 para gestores e 57 para professores.

Para fins de organização, nesta primeira seção do relatório da pesquisa, apresentaremos os dados coletados entre os profissionais atuantes nas equipes gestoras, posteriormente, os dados coletados entre os professores e, na última seção, constam notas analíticas acerca desses dados.

II – PERCEPÇÕES DA EQUIPE GESTORA

Conforme sinalizado na introdução deste relatório, nesta seção são apresentados os dados coletados junto a 93 profissionais atuantes em equipes gestoras das Escolas da Rede Estadual de Ensino, que estão implantando o Novo Ensino Médio em Santa Catarina. Quanto ao sexo, a maioria dos/as gestores respondentes é do sexo feminino [78,5%]. Quanto ao maior nível de formação, a grande maioria possui pós-graduação, sendo 83,9% em nível *Lato Sensu* (especialização); seguido pelo Mestrado [11,8%]; e 1 (um) participante possui doutorado. Logo, evidencia-se, por meio destes dados, uma demanda latente de qualificação profissional por meio da pós-graduação *Stricto Sensu*.

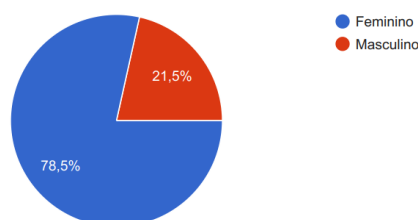


Gráfico 1. Sexo, participantes gestores.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

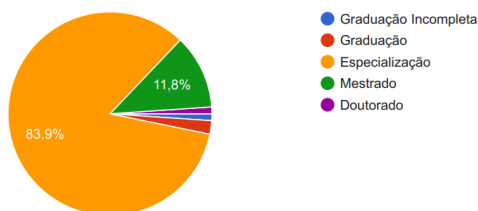


Gráfico 2. Nível de Formação, participantes gestores.

Quanto à formação inicial, cerca de 55,9% dos/as respondentes possuem formação em Pedagogia; seguido pelas Linguagens [18,3%]; Ciências da Natureza [10,8%]; e Ciências Humanas [9,7%]. Quando perguntados sobre a função em que atuam na escola, neste contexto de implantação do Novo Ensino Médio (NEM), a maioria respondeu atuar como Assistente Técnico Pedagógico (ATP) [28,4%]; seguido pelas funções de Assessor de Direção [20,5%]; Coordenador da implementação do Novo Ensino Médio [20,5%]; Supervisor Escolar [18,2%]; e diretor da escola [13,6%].

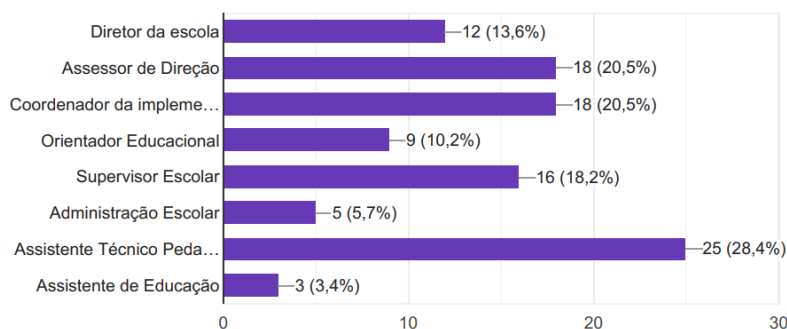


Gráfico 3. Função na escola em que atua no NEM.

Conforme podemos observar, as funções desempenhadas pelos respondentes da pesquisa possuem atuação direta com as ações de implantação de políticas educacionais na unidade escolar, incluindo entre suas atribuições: a organização da matriz curricular no contexto da escola (particularmente no que diz respeito a oferta de Trilhas de Aprofundamento – e, conseqüentemente, os itinerários formativos – e os Componentes Curriculares Eletivos); horários de aulas; diálogo permanente os trabalhadores/as da educação; estudantes e suas famílias; planejamento escolar; orientação educacional/pedagógica; demandas de infraestrutura; e formação continuada, dentre outros aspectos.

Um aspecto importante a ser mencionado refere-se ao fato de que, entre os gestores respondentes desta pesquisa, cerca de 74,2% possuem filiação sindical. Além disso, importa mencionar que 88,2% trabalha em 01 (uma) escola; seguido por 9,7% que responderam atuar em 02 (dois) estabelecimentos; e uma pequena minoria trabalha em 03 (três) ou mais escolas. Na função de gestão, cerca de 80,6% assinalaram trabalhar o equivalente a 40 horas-aula semanais; seguido por aqueles que mencionaram trabalhar até 50 e 60 horas-aula semanais.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

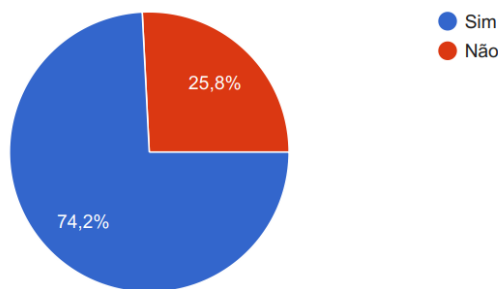


Gráfico 4. Filiação ao Sinte/SC, equipe gestora.

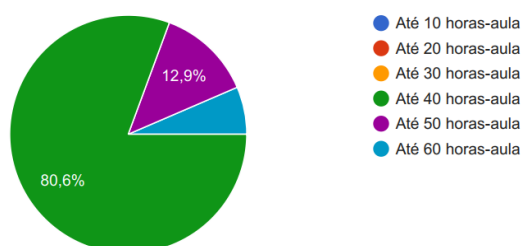


Gráfico 5. Carga horária semanal, equipe gestora.

Quando perguntado se a escola em que atuam foi uma das 120 escolas-piloto da implantação do Novo Ensino Médio no Estado de Santa Catarina, a maioria respondeu que não [73,1%]. Não por acaso, cerca de 63,3% indicou que iniciou na gestão do Novo Ensino Médio em 2022 (ano da implementação para toda rede estadual); seguido por aqueles que já estão envolvidos com a referida política há dois anos [11,1%]; e um ano [11,1%].

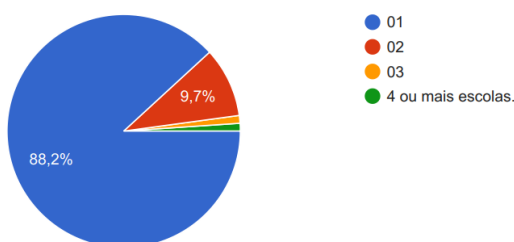


Gráfico 6. Quantidade de escolas em que trabalha, equipe gestora.

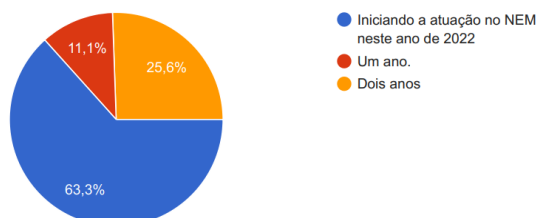


Gráfico 7. Tempo de atuação no NEM, equipe gestora.

Sobre a matriz curricular escolhida para ser ofertada pela escola em que atua, a maioria apontou a Matriz A (60,8%), ofertada de duas formas, sendo: uma que possui 31 aulas semanais, desenvolvida em 4 (quatro) dias com 5 (cinco) horas-aula, e 1 (um)

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



dia com 11 horas-aula (dois turnos de aula) por 48,3% das escolas em que os gestores participantes desta pesquisa atuam; e outra, na modalidade estendida, ofertadas por 22,5% dos gestores participantes da pesquisa e cuja distribuição das aulas ocorre em 4 (quatro) dias de 6 (seis) horas-aula e 1 (um) dia de 7 (sete) horas. Em terceiro lugar aparecem os gestores que atuam na chamada Matriz B (16,9%), cujas aulas são distribuídas da seguinte forma: 3 (três) dias de 5 (cinco) horas-aula e 2 (dois) dias de 10 horas-aula diárias (distribuídas em dois turnos, ou seja, com dois dias de aulas no contraturno).

Como podemos observar, o contraturno apareceu como uma estratégia para garantir a oferta da matriz na maioria das escolas em que atuam os gestores respondentes, o que pode produzir impactos que consideramos negativos, sob, pelo menos, dois aspectos: um deles o fato de desconsiderar que um percentual importante dos estudantes do ensino médio das escolas públicas são de baixa renda e precisam trabalhar; e outro, que algumas escolas tiveram que deixar de ofertar turmas de Ensino Fundamental para atender as novas demandas do ensino médio, tendo em vista a sua reduzida capacidade de infraestrutura física para atender ambas as demandas.

Cabe salientar que algumas escolas fizeram a opção pela Matriz A estendida por dois aspectos: i) em razão das escolas não possuem toda a infraestrutura suficiente de salas de aula que demandam o NEM, logo, esse formato otimiza o espaço escolar e requer uma reorganização dos professores e equipe gestora; ii) ao fazer a oferta desta matriz em turno estendido os estudantes podem conciliar escola e trabalho, tendo em vista que muitos frequentam cursos de aprendizagem industrial ou comercial, a depender do arranjo do local de trabalho. Além disso, requer uma reorganização do tempo familiar. A oferta da Matriz A estendida, também se constituiu em uma forma das escolas manterem a oferta do Ensino Fundamental, tanto nos Anos Iniciais quanto nos Anos Finais.

Outro aspecto importante a ser mencionado no que diz respeito à ampliação da jornada escolar, revela o quanto os formuladores das políticas educacionais e os gestores das mantenedoras, ao colocarem em implantação o Novo Ensino Médio, desconsideraram a necessidade de fortes investimentos em infraestrutura física das escolas, em pleno período de estabelecimento de um teto de gastos, instituído pela Emenda Constitucional 95/2016. Sem estrutura física adequada, sequer para salas de aula, está ficando a cargo dos gestores das escolas pensarem estratégias para otimizar a estrutura física e didática existente para as demandas decorrentes do Novo Ensino Médio, tais como: salas de aula, laboratórios, bibliotecas, quadras esportivas e ginásios de esportes, bibliotecas, espaço para a vivência da sociabilidade juvenil, entre outros. Assim, entre as formas para resolver os problemas de infraestrutura necessária ao NEM, tem-se apostado no fechamento de turmas, colocando em terminalidade o Ensino Fundamental, que trará novos desafios futuros para a escola pública estadual, como a construção da identidade dos estudantes com a escola em que farão o Ensino Médio.

Além disso, outra problemática anunciada é o fato de que a ampliação da jornada escolar implica, necessariamente, na ampliação do número de contratações de profissionais da educação para atuação na gestão e docência das escolas, o que também requer investimento financeiro para pagamento de salários, formação continuada ou, ainda, repercutir na instalação de um processo de aceleração da privatização da educação pública, por meio da terceirização da oferta dos itinerários formativos.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



Como podemos observar, a celeridade de implementação do Novo Ensino Médio, descon siderou antigos problemas existentes quanto a infraestrutura física e novas problemáticas se colocam no horizonte das escolas e para as lutas do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, estudantes e familiares, poder público e demais sujeitos e movimentos sociais comprometidos com a qualidade da escola pública a partir dos interesses das juventudes da classe trabalhadora.

Em menor número, entre os respondentes se encontram aqueles cujas escolas ofertam a Matriz C – com 4 (quatro) dias de 10 horas-aula diárias e 1 (um) dia de 4 (quatro) horas-aula (ou seja, ao menos 4 dias de contraturno).

Já em relação aos profissionais que estão atuando na gestão do Ensino Médio Noturno, cuja oferta se dá através da Matriz D (com 750 horas anuais e 25 aulas semanais) cabe destacar que a rede estadual de Santa Catarina ampliou para quatro anos sua oferta, para garantir o cumprimento das normativas de implementação do NEM, que deveria ser de no mínimo 3.000 horas. Os impactos e desdobramentos destas escolhas junto à comunidade escolar precisa ser melhor investigada, uma vez que, historicamente, o ensino médio noturno tem atendido hegemonicamente alunos trabalhadores.

Outro ponto a ser ressaltado é de que em uma mesma escola poderá ocorrer uma diversidade de matrizes curriculares, a depender do tipo de matriz ofertada e da sua forma de oferta: ensino médio, ensino médio integrado à educação técnica e profissional e ensino médio noturno. Logo, verifica-se uma diversidade de currículos presentes em uma mesma unidade escolar, demandando mais trabalho das equipes gestoras no processo de reorganização de tempos e espaços.

Sobre a situação territorial das escolas, cerca de 92,4% são escolas situadas nas sedes dos municípios; e 7,6% se identificaram como escolas do campo. A maioria das escolas em que atuam os gestores participantes desta pesquisa não ofereciam cursos de educação profissional técnica de nível médio antes da implantação da atual Reforma do Ensino Médio [81,5%]; já aproximadamente 14,1% ofereciam Ensino Médio Integrado.

Quando questionados sobre os documentos orientadores do Currículo do Novo Ensino Médio que tiveram mais acesso e oportunidade de estudar, os gestores sinalizaram para o Currículo Base do Território Catarinense para o Ensino Médio [e seus respectivos cadernos] (1º); seguido pelo Caderno de Orientações para a Implementação do Novo Ensino Médio na sua Versão 1.0, de 2019 (2º). Contudo, um dado importante é que 36% dos respondentes afirmam ter acessado outros documentos, embora não tiveram oportunidade de estudá-los até o presente momento (3º).

Quando inquiridos sobre se sentem preparados para atuar ou coordenar o Novo Ensino Médio, a maioria dos respondentes considera-se parcialmente (51,6%); seguido daqueles que se consideram despreparados (35,2%); ou que ainda não possuem elementos suficientes para avaliar (9,9%). Somente 2 (dois) gestores manifestaram estar totalmente preparados para trabalhar nesse processo de implementação.

Quanto ao processo de implantação do “Novo Ensino Médio”, perguntamos a percepção sobre as principais dificuldades encontradas até o presente momento pelos professores. Entre as respostas observamos a dificuldade em organizar os horários para que todos os professores participem do planejamento coletivo; seguido pelas dificuldades para trabalhar de forma integrada (2º); a falta de conhecimento por parte dos professores no que se refere ao Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense do Ensino Médio (3º); dificuldade de fazer o professor entender a

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

importância do planejamento coletivo (4°); e a dificuldade dos professores em organizar, com ou sem auxílio dos livros didáticos (5°).

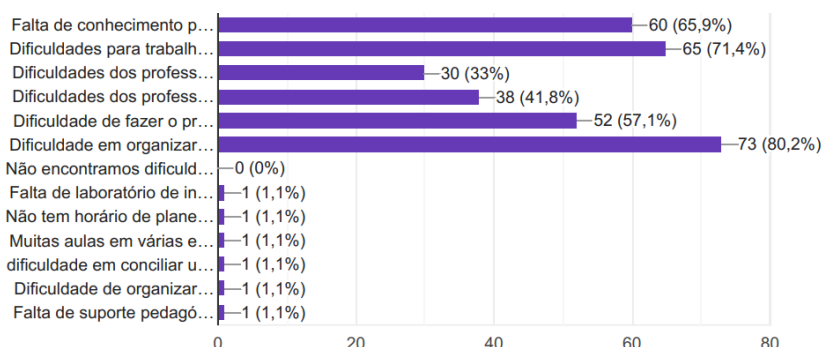


Gráfico 8. Principais dificuldades encontradas no processo de implantação do NEM na sua escola, equipe gestora.

Houve indicação de desafio estrutural, como falta de laboratórios ou o trabalho em várias escolas, por exemplo, mas foram opções que contaram com apenas uma única indicação dentro do universo de participantes. Vale mencionar que um dos principais fatores que impactam sobre essa realidade da escola está a ampla presença de professores que são Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) e que, geralmente, atuam em mais de uma escola, ou mesmo de efetivos que, para complementar sua carga horária, dividem seu tempo entre deslocamentos e atuação em diferentes demandas que cada realidade exige. Esta é uma problemática que precisa ser enfrentada: não é possível construir políticas educacionais sólidas e práticas pedagógicas comprometidas com as juventudes, enquanto as decisões dos formuladores das políticas educacionais desconsiderarem a necessidade das escolas terem um quadro de profissionais estável e uma política de valorização dos mesmos, abrangendo carreira e desenvolvimento profissional.

No que diz respeito à operacionalização do Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio, por parte dos professores, a maioria dos gestores respondentes assinalaram que “falta formação e conhecimento dos professores para compreenderem e atuarem com as especificidades da nova organização curricular do Novo Ensino Médio” (1°); seguido pela “falta de tempo para planejamento das aulas e articular as atividades por área ou disciplinas afins” (2°); “falta tempo para estudo do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense” (3°); há o desafio de “conciliar os diferentes currículos: Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense e os Currículos do Ensino Médio atual”; e há, ainda, “desconhecimento da Reforma e do funcionamento do NEM” por parte de alguns professores.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

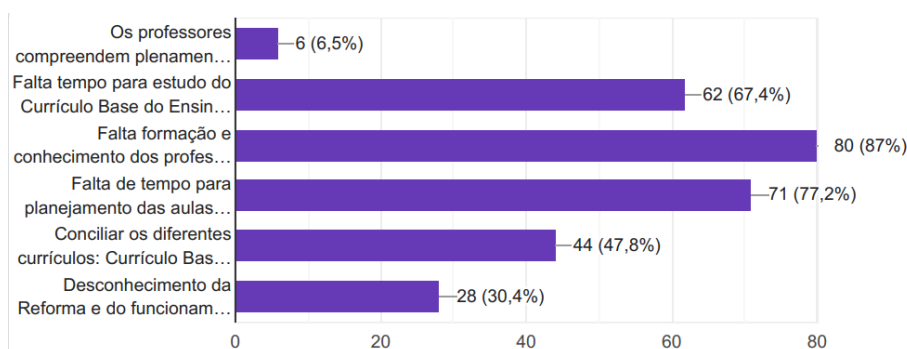


Gráfico 9. Percepções sobre a operacionalização do Currículo Base do Ensino Médio.

Tais dados nos impelem a ratificar que a nova reestruturação curricular em Santa Catarina para o Ensino Médio prevê interdisciplinaridade, mas as condições materiais oferecidas aos professores para atuarem sob tal perspectiva, não são garantidas em tempo e espaço suficientes.

Cabe frisar que, quando da implementação do NEM nas 120 escolas-piloto, tinha-se uma previsibilidade de oferta de tempo de planejamento integrado, mas que a medida em que se estendeu para todas as escolas da rede da SED/SC, em 2022, repensou-se essa decisão, não ampliando esta possibilidade para as demais escolas e, progressivamente, retirando este espaço-tempo das escolas-piloto. Como mecanismo para garantir a realização do planejamento na escola, a solução encontrada pela SED/SC foi publicar a Portaria nº 226 de 03/02/2022, alterada posteriormente pela Portaria 2002, na data de 12/08/2022, regulamentando o cumprimento da hora atividade. Além dessas portarias, o Ofício Circular nº 237, de 21/11/2022, determinou dias da semana específicos para o planejamento coletivo por área do conhecimento nas escolas.

Quando questionados sobre a atuação da Secretaria de Estado da Educação (SED-SC) e das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) junto às escolas a respeito do Novo Ensino Médio, a maioria assinalou entender que “os encaminhamentos tomados são/foram parcialmente convergentes entre essas duas instâncias institucionais” (51,1%); seguido por aqueles que entendem que “há/houve uniformidade/convergência nos encaminhamentos” (26,1%); e, por fim, aqueles que entendem que “não há/houve uniformidade/convergência nos encaminhamentos/ações da SED-SC e CRE” (22,7%).

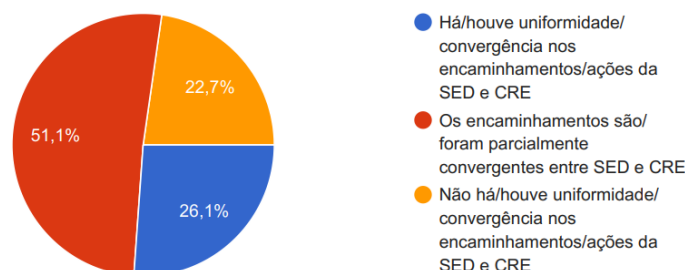


Gráfico 10. Percepção da equipe gestora sobre a atuação da SED e das CREs junto às escolas, na implantação do NEM.

Sobre a atuação destas duas instâncias institucionais de gestão da rede estadual de ensino de Santa Catarina, nestes primeiros passos da implantação do Novo Ensino

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Médio, a maioria dos respondentes gestores ainda assinalou que, na percepção deles, “a preocupação está centralizada na implementação da nova organização curricular, secundarizando seus impactos sobre a aprendizagem dos estudantes” (75,6%); seguido por aqueles que assinalaram que “a preocupação está centralizada na implantação da nova organização curricular, assim como nos seus impactos sobre a aprendizagem dos estudantes” (24,4%).

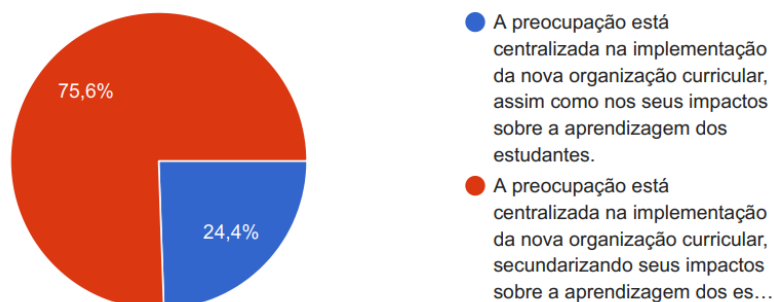


Gráfico 11. Percepções da equipe gestora sobre a preocupação da SED e da CRE no processo de implantação do NEM.

Sobre a estrutura física necessária para a implantação do Novo Ensino Médio nas escolas em que atuam, a maioria dos respondentes gestores assinalou que não há garantias da SED e das CREs a respeito das condições de estrutura física, alimentação e transporte (78,7%); seguido por aqueles cuja percepção é de que estas duas instâncias institucionais estão desenvolvendo ações que garantem as condições de estrutura física (21,3%). Quando indagados a respeito do suporte destas instâncias para implantação do Novo Ensino Médio nas escolas em que atuam, a maioria indicou que “não há suporte suficiente e adequado para sanar as dúvidas das escolas no processo de implementação no Novo Ensino Médio por parte da SED e da CRE”. Tais dados revelam que houve um esforço e celeridade bem significativo na organização do Currículo por parte da SED/SC, no entanto, no processo de operacionalização do mesmo, coube aos gestores das escolas resolverem os problemas que se colocam para a operacionalização do Novo Ensino Médio.

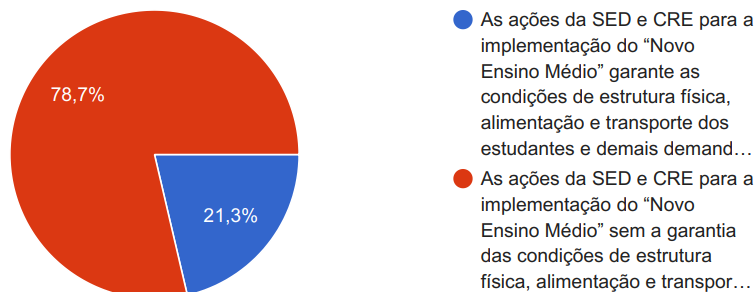


Gráfico 11. Ações da SED e das CRE frente a estrutura física necessária para a implantação do NEM.

Sobre as ações de formação continuada ofertadas pela SED e CRE, a maioria dos gestores respondentes indicaram que “não é suficiente e adequada” (94,5%). Cabe

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

salientar que predominou, por parte destas instâncias, proposições formativas por meio de plataformas virtuais, inicialmente como impacto da pandemia, mas que permaneceu no período seguinte. Elaborar uma estratégia coerente de formação continuada de professores e gestores para discussão e implantação do Novo Ensino Médio aparece como desafio relevante, e que a plataformização para/da formação dos professores tem muitas fragilidades e não tem surtido muito efeito.

A maioria dos respondentes gestores (48,3%) indicaram que, nas escolas em que atuam, há a contratação de um “Orientador de Convivência” com, ao menos, 16 horas semanais de trabalho; seguido por aqueles que possuem o referido orientador com 32 horas semanais de trabalho nesta função (28,1%); e que possuem o orientador apenas no período diurno.

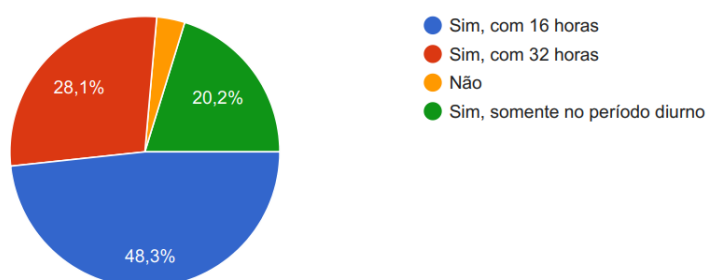


Gráfico 12. Percentual de presença do Orientador de Convivência nas escolas.

Conforme Ofício Circular nº 33/2022, emitido pela SED/SC, Gerência do Ensino Médio e Profissional, em 04/02/2022, o Orientador de Convivência é o “elo entre educadores, pais e estudantes”, buscando colaborar e administrar a “movimentação do tempo/espaço nos diferentes espaços educativos”. O referido orientador “trabalha diretamente com os adolescentes e jovens, ajudando seu desenvolvimento pessoal e cognitivo; em parceria com a equipe gestora e com os professores; promove o diálogo entre professores e estudantes”. No ofício supramencionado é possível observar, também, que este profissional deve atuar como mediador de conflitos. Na função, esse profissional precisa elaborar um plano de trabalho.

Os gestores respondentes destacaram aspectos positivos e negativos acerca do processo de implantação do Novo Ensino Médio em Santa Catarina, com base em suas experiências e contextos. Entre os pontos positivos encontramos menção às transformações do currículo, que têm oportunizado os jovens a escolher componentes e trilhas e ter como prioridade seus interesses; a compreensão de maior protagonismo dos estudantes, vista como uma conquista, sobretudo no que diz respeito ao trabalho com seus projetos de vida; assim como sinalizam positivamente para a organização do currículo em uma perspectiva interdisciplinar, tanto no que diz respeito ao trabalho com os componentes da Formação Geral Básica, quanto em relação aos componentes eletivos e trilhas de aprofundamento.

Nesse sentido, um dos respondentes destacou “a incansável preocupação da SED e da CRE em garantir todo o suporte tanto pedagógico e na infraestrutura, bem como os esforços em trazer o conhecimento de currículo para todos. Nunca se discutiu tanto sobre o currículo na rede. Isso demonstra o quanto estamos preocupados e trabalhando para termos justiça curricular” (Gestor/a). Outro/a ressaltou: “aluno é protagonista, mais oportunidades com os componentes eletivos associado ao projeto de

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



vida. *O professor e aluno em busca do aprofundamento das trilhas. Escuta dos alunos assim fica mais fácil o cotidiano escolar*” (Gestor/a).

Já entre os aspectos negativos, foram destacados pelos gestores os seguintes aspectos: a falta de infraestrutura e laboratórios; o serviço de almoço; as dificuldades em sincronizar os horários de aula com o transporte escolar; o acesso à internet; a formação continuada inadequada; as dificuldades em organizar o planejamento coletivo e integrado; falta de material de apoio pedagógico e desmotivação e/ou desinteresse dos professores pela proposta.

Ilustram esses aspectos afirmações como: *“os alunos iniciaram empolgados após a escola fazer um trabalho de incentivo para o NEM, mas, com o passar dos dias, estão percebendo que a falta de salas de aula, falta dos laboratórios, refeitório, internet limitada, necessária para a efetiva aprendizagem, está desmotivando os educandos”*; *“tem q atrair o aluno com projetos diferenciados, temos muita reclamação em relação aos almoços servidos pela Risotolândia. Eles não querem almoçar na escola. Daí vão pra casa ao meio dia e não voltam a tarde”*; *“o estado não oferece condições necessárias para implementação desta nova modalidade. Simplesmente jogaram a responsabilidade para escola. Trabalho em uma escola de 3 turnos que falta professor todos os dias, com somente eu de ATP e uma orientadora que está em processo de aposentadoria. E ainda tenho a coordenação do NEM, sem condições de atender tudo ao mesmo tempo”*.

Essas afirmações que estão presentes nas respostas às questões fechadas ratificam outras respostas dadas pelos gestores e levantam diversas problemáticas. Em relação ao processo de implementação, verifica-se o grande trabalho dos Assistentes Técnico-Pedagógicos, os Especialistas – Supervisores Escolares e Orientadores Educacionais – no que se refere a sua atenção processos pedagógicos e educativos que possam culminar em melhoria da qualidade de ensino. O papel desses profissionais é muito importante no acompanhamento e organização de práticas de ensino e aprendizagem desenvolvidas nas unidades escolares. No entanto, muitos desses profissionais não possuem tempo destinado para seu próprio processo formativo que repercute e viabilize o planejamento adequado da sua atuação, sem hora atividade e sem formação, precisam pensar e desenvolver a formação dos professores (sobre tal atividade consultar Ofício nº 237 que trata do planejamento integrado).

Sobre as dificuldades com o transporte escolar e a merenda, se repetiram comentários como: *“os alunos não conseguem assistir todas as aulas na matriz estendida porque precisam pegar o único ônibus que vai para onde moram antes do término da aula, a terceirizada que fornece os lanches proibiu que a escola forneça uma fruta no último período, deixando os alunos sem concentração por conta da fome”*.

Mesmo diante deste cenário complexo e contraditório, a maioria das/dos gestoras/es respondentes compreendem que uma Reforma do Ensino Médio era necessária (63%); seguidos por aqueles que não possuem essa mesma certeza (21,7%); e aqueles que compreendem que não havia necessidade de reforma neste nível de ensino (15,3%). Na percepção da maioria, a reforma em curso não está adequada para a formação das juventudes (75,8%); seguido por aqueles que consideram que a reforma proposta está adequada (24,2%).

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

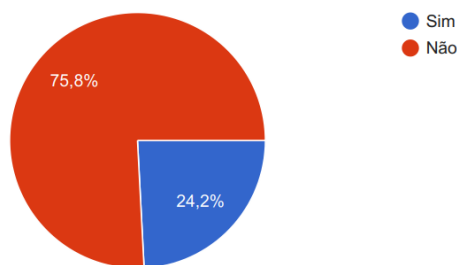


Gráfico 13. Percepção dos gestores sobre se a Reforma do Ensino Médio está adequada à formação das juventudes.

Para esta última questão, os respondentes emitiram justificativas. Entre aqueles que consideram que a reforma está adequada, encontramos comentários que afirmam que organização curricular trouxe novos temas e metodologias para o ensino médio e que enxergam a organização por área do conhecimento e a interdisciplinaridade como um avanço, além disso, sinalizaram que o livro didático está ficando em segundo plano e se ampliou o protagonismo dos estudantes.

Selecionamos algumas das afirmações dos gestores para ilustrar essa síntese. Um dos respondentes afirma que *“o jovem precisa de uma educação integral de qualidade. Vejo que o Projeto de Vida veio ajudar muito na vida dos adolescentes, as eletivas também contribuem para o crescimento pedagógico”*, reconhecendo que em sua experiência, sua percepção é positiva em relação a estas mudanças, mas, logo depois, salienta: *“porém, a parte da base é muito essencial para o desenvolvimento do conhecimento, vejo aí a defasagem da aprendizagem. Diminuíram a carga horária de disciplinas importantes e os professores efetivos não quiseram assumir nova turma do primeiro ano, por desconhecer o novo currículo”*.

Chamamos a atenção para o fato de que a nova organização curricular possui vários elementos que precisam ser considerados. Um deles é o fato de que a redução drástica da carga horária voltada à Formação Geral Básica terá impactos no processo formativo dos estudantes no que diz respeito a sonogação do direito a amplitude de conhecimentos de todas as áreas do conhecimento, que é essencial na garantia da Educação Básica.

Outra respondente compreende que *“hoje exige-se uma nova forma de busca de conhecimento que converge para as expectativas desta Juventude. A busca de conhecimento não está mais restrita à Escola, e para isso precisamos de novas metodologias, para que possamos desenvolver atividades conciliadas à realidade, utilizar a evolução tecnológica, a pesquisa, a investigação, a favor da Escola. O conhecimento não é mais estático no seu Componente, ele se complementa com as demais Componentes e Áreas de Conhecimento”*.

Entre estas pontuações moderadas, encontramos outro relato que demonstra as contradições destes primeiros passos de implantação da reforma em Santa Catarina. Na compreensão de um dos respondentes *“há muito o Ensino Médio não corresponde às necessidades dos jovens”* e, na sua percepção, a reforma em curso *“vem ao encontro das necessidades dos jovens, do que ele realmente gosta de fazer, assim ele projeta o seu percurso”*. Mas, logo depois, a mesma respondente destaca que, *“não teria necessidade de aumentar mais um ano para alunos do noturno, os mesmo muitas vezes já estão trabalhando durante o dia e, ao completar 18 anos, vão acabar saindo da escola”*. E,

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



para estes casos, a reforma “*não atende as necessidades dos estudantes jovens, que já precisam se inserir no mercado de trabalho por necessidades financeiras*”.

Já para a grande maioria que assinalou que a reforma não está adequada para a formação das juventudes (75,8%), entre as grandes questões levantadas estão: as limitações na escolha dos estudantes; a infraestrutura limitada e/ou precária das escolas; a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola [o que inclui o aumento de mais um ano para o ensino médio noturno]; a necessidade da entrada precoce de jovens no mercado de trabalho; a formação continuada de professores inadequada e os limites do planejamento integrado.

Um/a dos/as gestores/as respondentes sintetizou que “*os professores não estão preparados, o material é fraco, beirando a infantilidade. Falta preparo dos professores para fazer diferente e ajudar na formação humana dos estudantes. Com poucas turmas, as escolhas dos itinerários formativos não são respeitadas. A capacitação via sismedio, a qual foi realizada com auxílio de bolsa para coordenadores e professores seria muito mais eficaz caso suas proposições e visão geral tivessem sido implementadas ao invés do modelo atual. Muitas empresas com menor aprendiz que dá choque com horários da escola. Muitos vão estudar de noite*”. Outro/a salienta: “*para que haja a reforma do ensino médio, primeiramente, deveriam adequar as escolas para o recebimento do novo ensino médio e a capacitação dos professores e equipe pedagógica. Acho bem complicado, pois não existiu anteriormente a implementação uma formação específica quando se trata de itinerários formativos. Considerando que é “Novo”, precisa de maior entendimento. Quanto a elaboração da parte teórica dos livros considero que ficou muito vago*”.

Outro relato, tem como foco a diminuição da carga horária de trabalho com os componentes curriculares no âmbito da Formação Geral Básica e a falta de engajamento de professores efetivos para o trabalho com as trilhas de aprofundamento: “*o NEM aumentou a carga horária, porém os componentes curriculares da formação básica, tiveram redução de carga horária, o que inevitavelmente acarretará em prejuízo a formação escolar do estudante. Esses, que fazem parte da escola pública, ficarão ainda mais prejudicados ao acesso ao nível superior, caso concorram com estudantes do ensino privado, tendo em vista que estudantes do ensino privado tiveram aumento da carga horária, porém não diminuíram a carga horária da formação geral. Outra questão a considerar é que professores efetivos estão se obrigando a trabalhar componentes eletivos e projeto de vida, sem estarem preparados para tal, pois a SED não permite que o professor complete aulas em outra unidade escolar, sem antes cumprir a carga horária mínima em sua escola de efetivação*”. Observa-se uma preocupação com a ampliação das desigualdades educacionais, provocadas pela perda de espaço-tempo de trabalho com as áreas do conhecimento na Formação Geral Básica.

As limitações na escolha das trilhas de aprofundamento e dos componentes eletivos por parte dos estudantes aparece como desafio para implantação da reforma em curso. Para a maioria dos respondentes a autonomia dos estudantes nesta escolha foi parcial (56%); seguido por aqueles que assinalaram que não houve nenhuma autonomia (23,1%); e aqueles cuja experiência oportunizou vivenciar total autonomia por parte dos estudantes (8,8%).

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

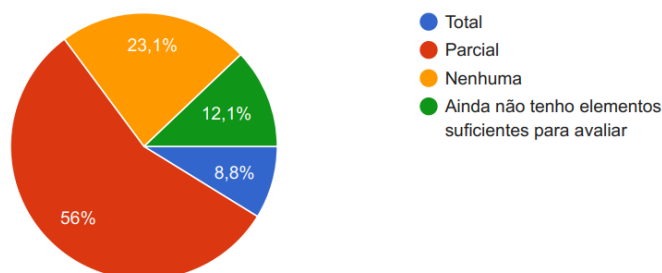


Gráfico 14. Percentual a respeito da percepção dos gestores sobre a autonomia dos estudantes nas escolhas dos componentes eletivos e trilhas de aprofundamento.

As respostas acima descritas podem assinalar que nem todas as escolas atenderam a possibilidade dos estudantes serem autônomos em suas escolhas, aspecto fortemente propalado pelos formuladores da reforma do ensino médio. Tal realidade demonstra a fragilidade no processo de escolha da parte flexível do currículo, pois os itinerários formativos foram ofertados mais pela disponibilidade do corpo docente e da escola, por diferentes razões, que pela afinidade ou interesse dos estudantes.

Cerca de 60,4% dos gestores respondentes avaliam que os estudantes estão parcialmente interessados e envolvidos no componente curricular de Projeto de Vida. Já outros 18,7% percebem que os estudantes estão desinteressados. Somente um respondente acredita que os estudantes estejam totalmente envolvidos com este novo componente. Os demais, cautelosos, declararam ainda não ter elementos suficientes para avaliar o engajamento dos estudantes.

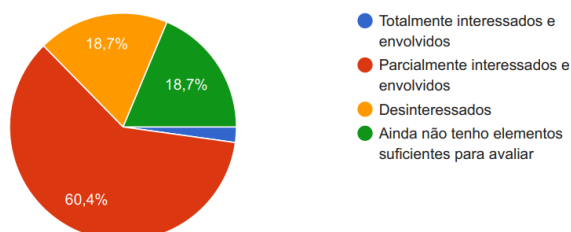


Gráfico 15. Percentual acerca da avaliação dos gestores a respeito da adesão dos estudantes no componente curricular de Projeto de Vida.

Sobre a oferta do referido componente curricular e seu papel na formação das juventudes, observamos a existência de, ao menos, três posições distintas: I – aqueles que avaliam positivamente a oferta deste componente, reiterando o que consideram ser suas potencialidades; II – aqueles que condicionam o sucesso da oferta e desenvolvimento deste componente a diversos fatores; e III – aqueles que avaliam a oferta do componente negativamente e apontam o que consideram como sendo as suas limitações.

No primeiro grupo, os argumentos apresentados pelos participantes ressaltam que o componente contribui para conhecer melhor as juventudes da escola e seus contextos de vida, suas identidades, assim como proporciona reflexões importantes sobre o presente e o futuro e que pode ajudar a orientar os jovens acerca de seus projetos de vida. Para um dos participantes que se encaixam neste grupo “o projeto de vida traz uma formação mais pé no chão, com temas relacionados à vida real do aluno.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



Se o projeto for bem elaborado, tende a ser um componente importante a formação do aluno/cidadão”. Outro ressalta que, na sua percepção, a oferta deste componente é “o maior destaque do Novo Ensino Médio” e “todos os professores precisam estar preparados para atuar nele”. Nesse mesmo sentido, outro participante compreende que “o PV é o carro chefe do NEM, afinal quando o aluno tem consciência do seu projeto de vida consegue significar a escola e seu currículo”. Entre as respostas, há quem acredita que o referido componente deveria aparecer no ensino fundamental.

Já no segundo grupo, em que se encontram gestores que condicionam o sucesso da oferta do componente de Projeto de Vida no âmbito do Novo Ensino Médio a diversos fatores, encontramos argumentos como o (des)interesse, falta de engajamento e até de compreensão dos estudantes em relação aos objetivos do componente. Um dos participantes da pesquisa ressalta que o Projeto de Vida é *“importante para formação de nossos jovens principalmente pós pandemia, mas alguns alunos ainda estão com dificuldades quanto à ansiedade, depressão, falta de concentração, limites, defasagem de aprendizagem”*. Outro afirma que *“se executado de acordo com a proposta ele influenciará muito nas escolhas profissionais dos estudantes, tendo relação direta com o protagonismo estudantil e habilidades críticas. Precisa ser articulado de acordo com as intenções do educando para ter sucesso”*. Além deste envolvimento/engajamento dos alunos, mas também a importância da relação com seus contextos de vida, outro fator que se destaca é o engajamento dos professores. Um respondente mais direto, afirma: *“na teoria é excelente, mas, na prática, falta envolvimento dos professores”*. Outro ressalta a importância de *“ter uma formação específica para os professores”* que atuam neste componente. Por fim, um participante compreende que o Projeto de Vida *“tem como objetivo fomentar o protagonismo e a autonomia dos estudantes em suas escolhas, é um componente curricular que deveria ser ministrado por profissionais capacitados, pois visa preparar os alunos para o futuro nas três dimensões: pessoal, profissional e social, ocorre que, os profissionais designados para trabalhar com este itinerário não tem formação, a maioria contratados e aceitaram o desafio para não reduzir ou perder suas horas de trabalho”*.

Por fim, temos no último grupo os gestores respondentes que avaliam negativamente a oferta do componente Projeto de Vida, considerando que as experiências em andamento apresentam limitações, tais como: a desarticulação com as áreas do conhecimento, a falta de material didático, a falta de preparação dos professores, a relação professor-aluno e os desafios de se trabalhar com as subjetividades. Há quem sinalize o entendimento de que o referido componente tem como objetivo adaptar as juventudes aos interesses do mercado do trabalho, como observamos nas seguintes afirmações/respostas: *“os professores, no projeto de vida, se deparam com inúmeros problemas psicológicos dos alunos; estão totalmente despreparados para lidar com isso. Vejo, muitos colegas, emocionalmente abalados”*; *“mais uma vez damos de fazer o papel da família e não da escola formadora de conhecimento”*; [o Projeto de Vida] *“é um componente para adaptar às juventudes catarinenses no mundo do trabalho, embora essa análise só seja possível quando se têm muitas leituras e estudos acerca da conjuntura como um todo da reforma do Ensino Médio”*; [por meio do componente, objetiva-se conformar os jovens] *“às situações de dificuldades as quais serão cada vez mais constantes em nossa sociedade”*.

Quando questionados sobre os principais desafios ou dificuldades encontradas pela escola em que atua em relação ao ensino médio, em primeiro lugar foi destacado a

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

infraestrutura precária e/ou insuficiente para atender a demanda (salas de aula, laboratórios, sala de professores para planejamento, entre outros); seguido pela formação continuada como sendo insuficiente e/ou inadequada (2ª); a compreensão insuficiente do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (3º); a ausência de carga horária destinada para planejamento integrado (4º); Valorização Profissional e Falta de Recursos Financeiros destinados para implantação do currículo (visitas técnicas, organização de seminários, atividades práticas, etc.). Esta questão foi respondida por 91 respondentes e estes desafios ou dificuldades foram assinalados mais de 50 vezes pelos participantes.

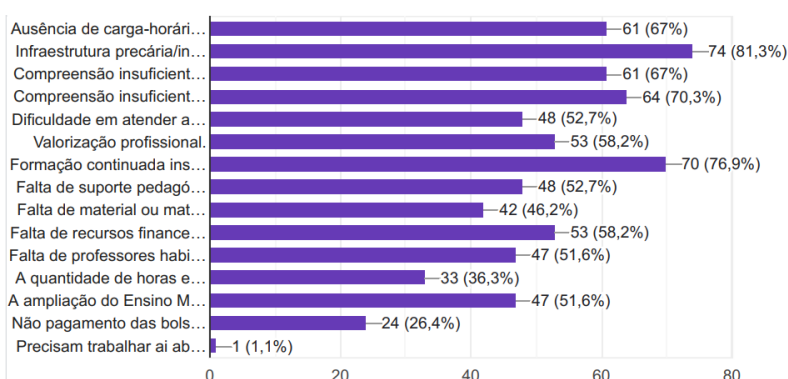


Gráfico 16. Principais desafios ou dificuldades encontradas pela escola em relação ao NEM.

Outros desafios foram apontados com menor frequência [assinalados entre 20 e 40 vezes], entre os principais: a dificuldade em atender aos interesses dos estudantes na escolha dos componentes curriculares eletivos e trilhas de aprofundamento; a falta de suporte pedagógico da mantenedora; a falta de professores habilitados, tanto na base comum, mas principalmente para atuar nos componentes eletivos e; a ampliação do Ensino Médio Noturno para 4 anos, entendido como um fator que pode contribuir para a ampliação da evasão escolar e/ou procura pela Educação de Jovens e Adultos.

A formação continuada aparece entre os respondentes gestores como sendo uma ação estratégica e relevante para a implantação do Novo Ensino Médio. Cerca de 51,6% dos gestores respondentes indicaram não ter tempo suficiente e espaço adequado para sua formação continuada a respeito do Novo Ensino Médio; seguido por 41,8% daqueles que consideram que suas condições são parcialmente adequadas. Os demais entendem que sim, em suas experiências, o tempo é suficiente e o espaço é adequado para sua formação continuada.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

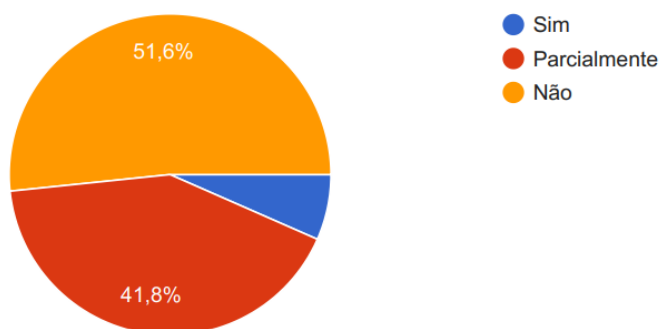


Gráfico 17. Percentual de tempo e espaço adequado para formação continuada acerca do NEM.

A maioria dos gestores respondentes compreendem que com a urgência de implantação do Novo Ensino Médio nas escolas, as condições de trabalho da gestão foram parcialmente precarizadas (52,2%); seguido por aqueles que entendem que foram amplamente precarizadas (33,3%); e daqueles que seguiram a rotina e compreendem que não houve precarização do seu trabalho (14,4%). Quando indagados sobre as formas de precarização do trabalho observadas na escola em que atuam, entre os motivos, se destacam: aumento da permanência na escola (ao meio dia e às 18h30); falta de tempo para estudo; dificuldades com o planejamento integrado (seja porque há muitos professores com contratação temporária, seja porque há dificuldades de organizar o horário); infraestrutura precária e burocracia; e relações interpessoais (professores, gestores e alunos).

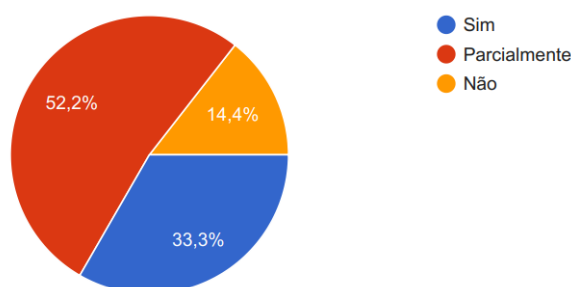


Gráfico 18. Percentual a respeito da percepção dos gestores sobre a precarização do seu trabalho a partir da implantação do NEM.

Um gestor respondente considera que há “*excesso de necessidade de atualização sem tempo para tal. As demandas da escola (responsabilidade pela alimentação escolar, NEPRE) além da atuação com as modalidades em extinção, para apenas um supervisor, retira o tempo de atualização*”. Outro desabafa ao relatar: “*Não sabemos o que resolvemos primeiro, ficamos mais em sala atendendo atestados de professores [...] e pouco tempo para planejar, estudar, orientar*”. Para outro respondente “*é muito acúmulo de trabalho na função... Coordenador do novo ensino médio deveria cuidar somente dessa parte. Não dá tempo de estudar, de se preparar, de atender os alunos, os pais e atender o restante da escola. Além disso é segundo professor para orientar, é livro didático para cuidar, é professor on-line para acompanhar, sem falar na falta de professores, essa forma de escolha de aula que deixa a escola uma semana sem o professor, as vezes mais de uma turma... turmas com muitos alunos, sem apoio dos*

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



pais, alunos a limites, rebeldes que muitas vezes vc precisa largar tudo e atender algum problema que aconteceu com eles... Alunos com crise de ansiedade... Aumentou muito mais agora pós-pandemia, que afeta principalmente o psicológico da gente. Desmotivação total, esgotamento físico e psicológico já no segundo mês de aula”.

Evidencia-se nas respostas a existência de uma sobrecarga de responsabilidades que foram sendo assumidas pela equipe gestora/pedagógica da escola. Pode-se dizer, desta forma, que há urgência da mantenedora no que diz respeito à valorização desses profissionais, tanto melhorando suas condições de trabalho (infraestrutura e pedagógica), quanto em relação a ampliação das equipes e o dimensionamento das suas atividades, considerando o atendimento aos diferentes sujeitos que envolvem o processo educativo. Dito isto, fica evidente que os problemas já existentes, somados às novas demandas decorrentes da implantação do NEM, são vetores de precarização dos territórios do trabalho docente e da equipe gestora/pedagógica.

A organização do tempo e do espaço da escola para viabilizar a hora-atividade dos professores para a realização do planejamento integrado, estratégia relevante pra a implantação do NEM, sobretudo no que diz respeito ao trabalho com as trilhas de aprofundamento e os componentes eletivos, também acabou se tornando um dos principais desafios a ser enfrentado pela equipe gestora. Entre as principais dificuldades, encontramos ao menos três grupos de resposta: I) Atuação dos professores em diferentes escolas e/ou níveis de ensino para completar carga horária; II) Falta de espaço para planejamento e infraestrutura inadequada (sala, acesso à internet); III) Professores com diferentes tipos de contrato (Efetivos e ACTs), com diferentes horas de atuação em uma mesma escola (10 e 40 horas).

Um dos gestores participantes da pesquisa ressalta que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pela escola, há um esforço do corpo docente para que haja planejamento integrado: *“em nossa UE o planejamento ocorre no turno noturno, há uma negociação junto ao grupo, feita pela direção... muito embora algumas inquietações ficam, pois sou contratada para trabalhar 40h numa escola que é diurna... no final mesmo não gostando, percebo que assim como eu, muitos cedem pensando na escola”*. Já outro ressalta a dificuldade enfrentada pelos professores que atuam em diferentes etapas da educação básica e escolas: *“deixamos a quinta-feira para hora atividade do NEM, porém, os professores trabalham em diferentes escolas e com diferentes etapas (ensino fundamental e a matriz antiga do ensino médio). Isso faz com que o professor não tenha este dia livre”*.

Os dados apontam que a formação continuada foi ofertada em sua grande maioria no formato virtual (1º) tanto pela SED-SC quanto pelas CREs; seguido pelo formato presencial na CRE e na Escola. Apenas 11 respondentes afirmaram ter participado de alguma atividade formativa presencial proporcionado pela SED/SC. A maioria dos gestores respondentes consideraram as formações parcialmente suficientes e adequadas (44%); seguido por aqueles que consideraram insuficientes e inadequadas (35,2%); e por aqueles que até consideraram adequadas as formações, mas não suficientes para compreender a complexidade das demandas emergentes com a reforma (18,7%). Essa mesma disposição, apenas com pequenas mudanças nos percentuais, aparece na avaliação acerca da formação ofertada pelas CREs e pelas próprias escolas em seus contextos.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

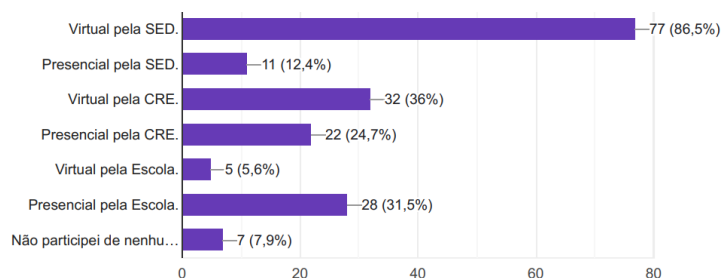


Gráfico 19. Formas de oferta de formação continuada para implantação do NEM.

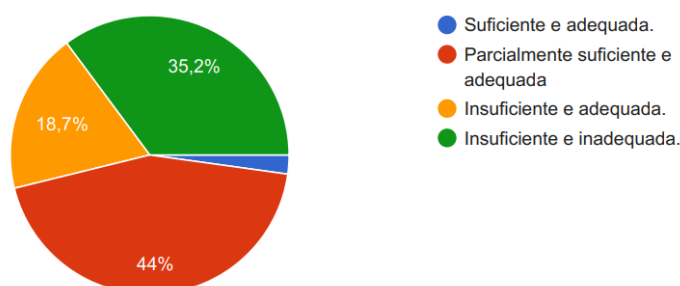


Gráfico 20. Percentual acerca da avaliação dos gestores participantes sobre a formação continuada recebida pela SED/SC.

Quando indagamos sobre quem foram os formadores, a maioria indicou a participação dos próprios servidores da SED/SC ligados ao Ensino Médio (1°); seguido pela participação de pessoas dos institutos privados (2°) (Instituto Iungo, Ayrton Senna, entre outros), universidades públicas e/ou comunitárias (3°); e do Sistema S (4°). Entre os agentes menos citados foram os técnicos/profissionais das CREs e da própria escola em que atuam.

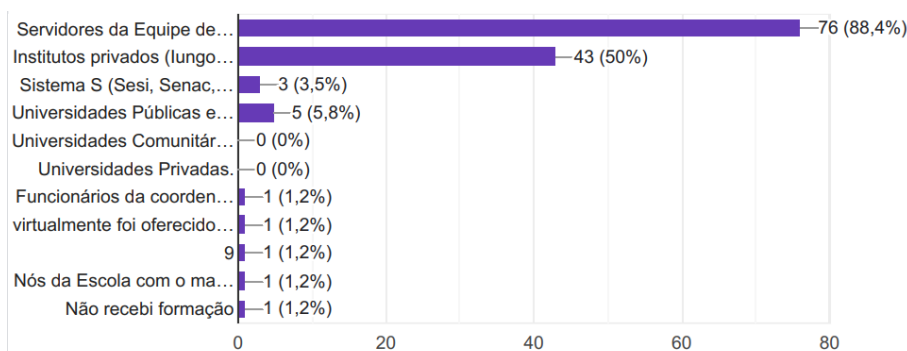


Gráfico 21. Agentes envolvidos na ministração e oferta da formação continuada.

Mas é interessante ressaltar que, quando indagamos sobre “qual tipo de formação continuada” pode se considerar mais adequada, o formato presencial predominou, seguido de algumas sugestões complementares, tais como: participação dos professores, na unidade escolar, aos moldes das formações ofertadas pelo EMITI, informativa e explicativa, com compartilhamento de experiências, contemplando as áreas do

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

conhecimento, práticas de ensino e que considerem concepções de sociedade e formação humana.

Um dos respondentes complementa afirmando que gostaria de uma formação que *“fosse realmente continuada, não somente pela plataforma, na correria, sem planejamento e interação com o compromisso que teremos que enfrentar”*. Outro salienta a necessidade de *“uma formação que foque na realidade das escolas, carga horária de professores que vise horas de planejamento aos professores do NEM”*. Ou ainda, uma *“formação continuada presencial, de qualidade, que oportunize debate e reflexão. Como mudar a prática pedagógica sem tempo para pensar sua prática? Sem troca com os pares? Uma formação virtual no horário de trabalho, no caso da equipe pedagógica, numa escola grande, é impossível de fazer. Apenas faz de conta, sem qualidade, sem apropriação do conteúdo”*.

No que diz respeito à infraestrutura prometida pela SED/SC no contexto dos primeiros passos dados para implantação do NEM em Santa Catarina, a maioria dos respondentes indicou não ter recebido nenhum laboratório no momento de realização da pesquisa (1°); seguido por aqueles que indicaram ter recebido laboratórios de Ciências da Natureza (2°); Matemática e suas Tecnologias (3°); Informática (4°); Espaços Makers (5°); e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (6°).

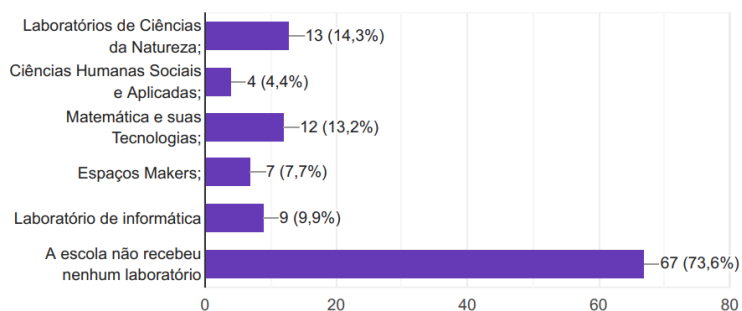


Gráfico 22. Laboratórios recebidos pela escola até o momento da pesquisa.

Cabe salientar que a maioria dos respondentes indicou não possuir laboratório de informática equipado, funcionando e com acesso à internet (58,2%). E, apenas cerca de 7,2% dos que possuem esse laboratório funcionando na escola, também possuem um profissional capacitado para atender professores e alunos. Sobre a oferta de equipamentos audiovisuais a professores e estudantes para os trabalhos pedagógicos (multimídia, caixas de som, televisão, notebook, por exemplo), aproximadamente 48,4% assinalou ter em quantidade insuficiente, seguido por aqueles que indicaram ter em quantidade suficiente (42,9%). Somente 8,8% indicou não ter estes equipamentos na escola.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

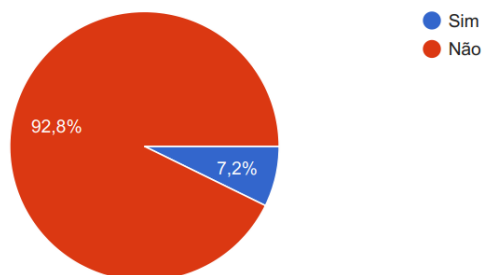


Gráfico 23. Percentual de escolas com implantação do NEM que possuem profissional no laboratório de informática

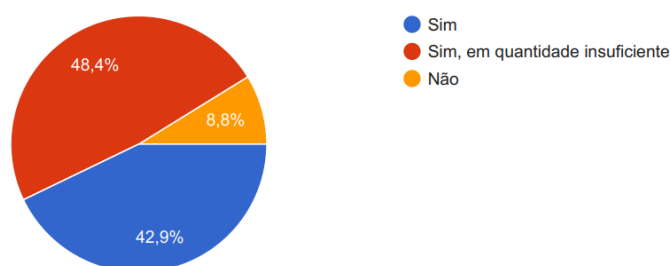


Gráfico 24. Percentual da disponibilidade de equipamentos audiovisuais na escola (multimídia, caixas de som, televisão, notebook, entre outros).

Identificamos junto aos respondentes que apenas 50% de suas escolas possuem Biblioteca, outro espaço estratégico para o desenvolvimento da aprendizagem. Destaca-se aqui o desafio de criação e qualificação deste espaço. Há ainda a problemática de que as escolas da Rede Estadual de Ensino também não contam com profissional com formação específica para a atuação nas bibliotecas escolares, isso acaba dificultando o processo de pesquisa e, até mesmo, o cuidado com o acervo bibliográfico e a instalação e domínio da utilização de softwares especializados nas bibliotecas.

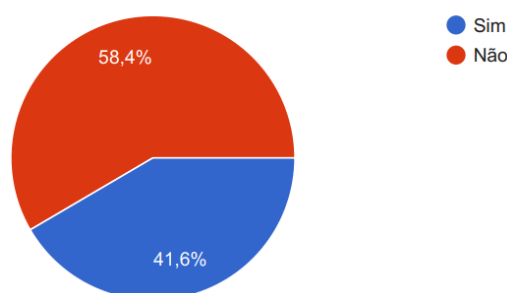


Gráfico 24. Percentual de escolas com profissionais para atuar na biblioteca.

A necessidade de se ter na estrutura da escola espaços para Laboratórios de Arte também se constitui desafio à gestão educacional no estado. A maioria dos respondentes indicou não ter esse laboratório em sua escola (83,5%). Já sobre Ginásio de esportes, a maioria indicou ter este espaço a disposição na escola (66,7%). Quanto aos gestores das escolas que indicaram ter pátio de esportes em suas escolas de atuação, somente 44% sinalizou que esta quadra é coberta.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

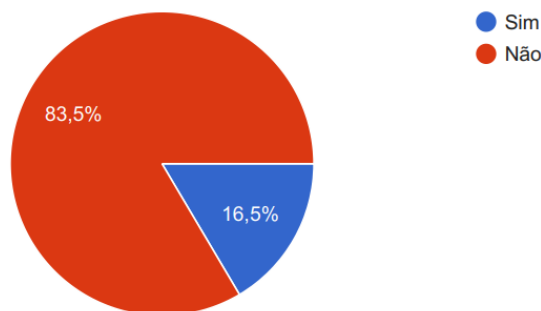


Gráfico 24. Percentual de escolas com laboratório de arte.

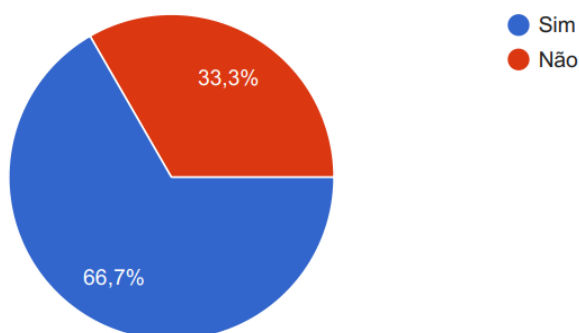


Gráfico 25. Percentual de escolas com Ginásio de Esportes.

Outro aspecto da infraestrutura avaliado na pesquisa foi a existência de espaço de convivência, considerado fundamental para o desenvolvimento da reforma em curso, sobretudo naquelas escolas em que os estudantes precisam permanecer um ou mais períodos estendidos no contraturno. Nesse quesito, a maioria dos participantes da pesquisa indicou não ter espaço de convivência adequado aos jovens (80,9%).

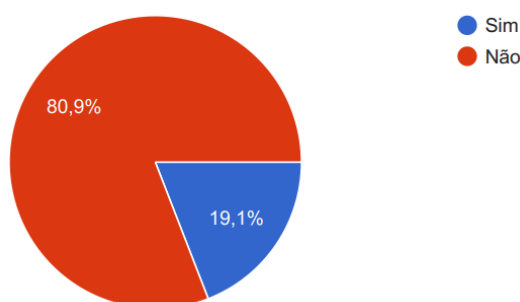


Gráfico 26. Percentual da existência de espaços de convivência adequados aos jovens do Ensino Médio.

Sobre a infraestrutura para salas de aula para atender as demandas do NEM, um total de 37,4% dos gestores indicou que estas são insuficientes; seguidos por aqueles que possuem adequação parcial (33%); e daqueles que indicaram ter estrutura de salas suficientes e adequadas (29,7%). Cabe considerar que, entre o conjunto de escolas em que atuam estes respondentes, somente 9,9% ofertam somente o Ensino Médio. A maioria oferta, também, o Ensino Fundamental. Destas, aproximadamente 33% tiveram que reduzir a oferta de turmas neste nível de ensino em virtude da implantação do NEM.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

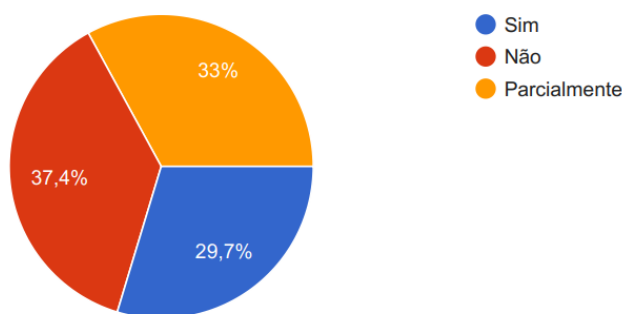


Gráfico 27. Percentual do número suficiente e adequado de salas de aula para atender as demandas do NEM.

Por fim, destacamos alguns comentários encaminhados no âmbito do formulário sobre a implantação do NEM em Santa Catarina. Um grupo destaca que avança na implantação do NEM em sua escola, mas salienta condições que considera relevantes para qualificar os trabalhos. Chamam a atenção, nesse sentido, muitos depoimentos, entre os quais selecionamos alguns para compor este relatório. Um dos respondentes afirma que *“a implantação do NEM em nossa escola aconteceu somente porque os profissionais da equipe pedagógica assumiram esse compromisso e fizeram acontecer”*. Outro comentário otimista afirma que o NEM é uma *“ótima proposta, mas sem cumprimento do que foi divulgado”*. Nesse mesmo sentido, outro destaca: *“a proposta é magnífica, porém precisamos ter uma tarde destinada ao planejamento. As trocas de experiências entre as escolas devem acontecer”*. Outro participante otimista com a implantação do NEM, com base na sua experiência, afirma: *“estamos caminhando. É um processo que estamos ajustando. Comparando com outros estados brasileiros, estamos bem a frente. Podemos dizer que preservamos ao máximo a essência histórico-cultural da proposta curricular, e destaco o respeito ao que os professores pensam”*. Outro destaca o que considera relevante para dar certo a implantação da reforma: *“penso que o Ensino Médio neste novo modelo, só dará certo com mudança de postura na prática do Professor e Gestão. Também valorização dos profissionais, e exclusividades dos professores em uma única escola, no máximo 2 (duas)”*.

As limitações de infraestrutura são predominantes nas reivindicações que sinalizam não apenas a necessidade de espaço físico, mas de profissionais para atuação em laboratórios, a realização de reformas ou adaptações nos espaços físicos e qualificação do acesso à rede de internet. Um dos respondentes denuncia que *“até o momento, o governo implantou o NEM e não deu infraestrutura; muita propaganda na mídia, os pais cobrando e nós, na escola, mais uma vez segurando as pontas de qualquer jeito”*. Outro respondente destaca que, no contexto escolar em que atua, é necessário *“primeiramente, adaptar o espaço físico de maneira adequada, com materiais e laboratórios disponíveis até para oferta dos componentes curriculares. Os alunos são privados das escolhas por falta desse suporte. Os professores são obrigados a adaptar atividades diferenciadas por falta de laboratórios, e precisam chamar a atenção do aluno com poucas alternativas para a oferta”*. Por fim, no quesito infraestrutura, um dos respondentes usa uma metáfora para explicar sua percepção destes primeiros passos de implantação do NEM: *“vejo que começamos a construir o prédio iniciando pelo telhado. Infelizmente. A ideia é ótima. Precisamos mudar o ENSINO MÉDIO. Porém, a forma e os meios utilizados são péssimos. A começar pela*

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

infraestrutura e recursos humanos precários. Dessa forma fica difícil trabalhar a mudança”.

Um participante chama a atenção para a necessidade de diálogo com os professores que vivenciam todos os dias o contexto escolar: *“dever ser realizada a escuta com docentes para uma estruturação e organização eficiente do NEM, pois são eles que estão com os pés no chão da sala de aula. As decisões acertadas não saem de escritórios fechados”.* Outro destaca múltiplos motivos que preocupam sobre os rumos do processo de implantação em sua escola: *“muita coisa precisa melhorar no que tange a infraestrutura das nossas escolas, bem como no investimento da formação do nosso profissional e também o aumento do quantitativo administrativo de nossa escola. Falta orientador e ao menos mais um ATP”.* Nesse mesmo sentido, outro participante denuncia: *“estamos decepcionados com o novo NEM. De novo só tem as eletivas, os alunos não percebem nenhuma mudança, as aulas continuam expositivas na maioria dos componentes básicos, aluno com fome não aprende e a falta de tempo, junto com a falta da segunda merenda, dificultam ainda mais o quadro da aprendizagem”.*

Houve quem chamou a atenção a respeito dos desafios de inserção das juventudes em um contexto político e econômico bastante instável e sem garantias de direitos. Para este participante: *“os jovens foram chamados a viver o protagonismo e a construir seus projetos de vida num mundo marcado por incertezas. Coube às escolas preparar os jovens a ‘fazer escolhas’ num mundo no qual não há lugar para todos, no qual o desemprego e o emprego precarizado seguem a tendência de se tornar algo comum, considerando normal uma sociedade assentada na competitividade”.*

III- PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS E PROFESSORES

Assim como a aplicação do questionário aos gestores, a pesquisa junto aos professores da rede estadual de Santa Catarina ocorreu no segundo semestre de 2022 e contou com participação de 659 professores respondentes do questionário, acessado pelo Google Forms até 29 de novembro. Destes, cerca de 63,8% são do sexo feminino e 36,2% do sexo masculino. Quanto ao vínculo empregatício, a maioria dos respondentes afirmou ser do quadro efetivo do magistério (68,1%) e os demais são de contrato temporário. Destes, cerca de 63,1% indicaram ter filiação junto ao Sinte/SC.

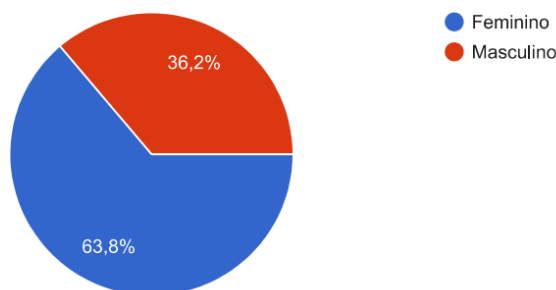


Gráfico 28. Sexo, participantes professores.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

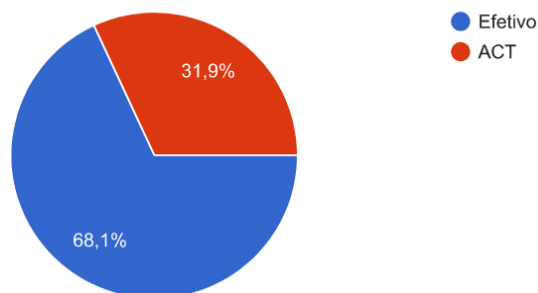


Gráfico 29. Situação funcional dos professores.

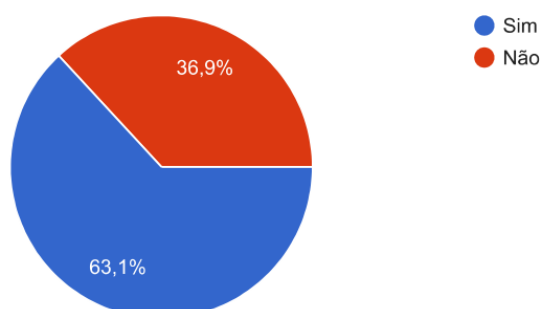


Gráfico 30. Percentual de filiados ao Sinte/SC e que atuam no NEM.

Em que pese a área de atuação, a maioria dos participantes declarou atuar na área das Ciências Humanas (40,7%); seguido pelas Linguagens (30,3%); as Ciências da Natureza (21%); e Matemática (13,3%). Somente 2,4% respondeu atuar na Educação Profissional. Quanto à formação, 68,9% indicaram ter pós-graduação em nível de especialização, cursos *Lato Sensu*; seguido por aqueles que declararam ter formação em nível de mestrado (16,1%); ou somente a graduação completa (10,9%). Apenas 4 (quatro) respondentes indicaram ter cursado doutorado. O dado indica uma importante demanda reprimida para formação continuada por meio de programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Vale dizer que o percentual de mestres atuantes no Ensino Médio tende a ser bem menor entre os Admitidos em Caráter Temporário (ACTs).

A maioria dos professores atua em uma única escola (63%); seguido por aqueles que atuam em 02 (duas) escolas (24,1%); e 03 (três) escolas (9,3%); além de uma minoria que afirmou atuar em 04 (quatro) escolas. Chamamos a atenção neste quesito da caracterização dos participantes da pesquisa que o percentual de professores que atuam em mais de uma escola tende a ser bem maior se tomarmos o universo total de professores do estado, tendo em vista que mais de 60% do corpo docente da rede vêm sendo admitido em caráter temporário, e que, para compor sua carga horária, atuam em duas, três, quatro ou mais escolas.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

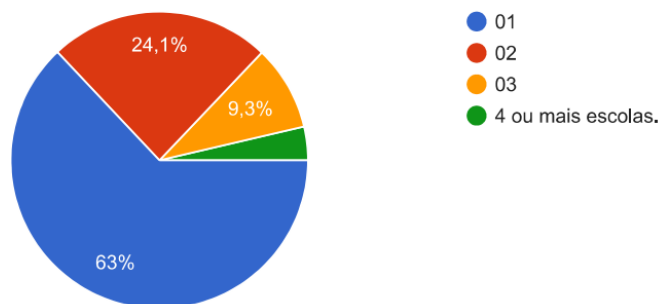


Gráfico 31. Número de escolas em que atuam os professores respondentes.

Quanto a carga horária semanal de trabalho predominantemente declarada pelos professores participantes da pesquisa, predomina aqueles que possuem vínculo empregatício de até 40 horas, com um percentual de 60,2%; seguido por aqueles que atuam até 30 horas (12,9%); até 50 horas (10%). Há entre os participantes, um percentual de 8% que atua em até 20 horas semanais, e uma minoria declarou atuar até 10 horas ou acima de 60 horas.

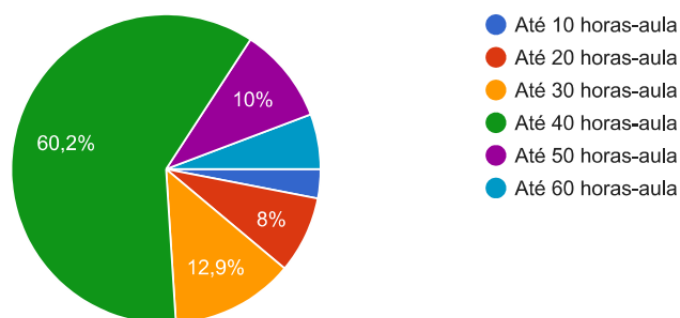


Gráfico 32. Carga horária semanal de trabalho dos professores.

A maioria dos professores respondentes não estava atuando em uma escola-piloto no momento da coleta de dados (64,3%); seguido por aqueles que estavam vinculados as mesmas em anos anteriores, alcançando um percentual de 35,7%. O que corrobora para que a maioria dos respondentes tenha ingressado em sua atuação no NEM em 2022 (61,6%); seguido por aqueles que já estavam atuando em escolas-piloto ao menos por dois anos (24,9%). Uma minoria atuou ao menos um ano no NEM. Dos participantes da pesquisa, 96,2% declararam atuar em escolas urbanas; e somente 4,8% em escolas do campo. Além disso, somente 11,3% dos professores que atuam em escolas já ofertavam cursos de educação profissional de nível médio [Ensino Médio Integrado].

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

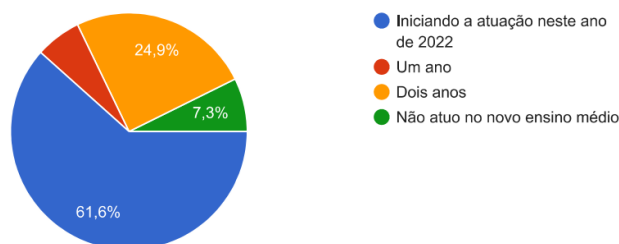


Gráfico 33. Tempo de atuação dos professores no NEM.

Quando perguntamos sobre a sua atuação no NEM, a maioria indicou estar com a carga horária alocada na Formação Geral Básica (1°); seguido por aqueles que estavam atuando em componentes curriculares eletivos (2°); Projeto de Vida (3°); Trilha de Aprofundamento (4°); e Segunda Língua Estrangeira (5°). Chama a atenção que entre os professores respondentes, há um percentual de 48,3% que indicou que, em sua compreensão, uma Reforma do Ensino Médio era necessária; seguido por aqueles que discordam desta compreensão (24,9%); e daqueles que ficaram na dúvida (26,7%).

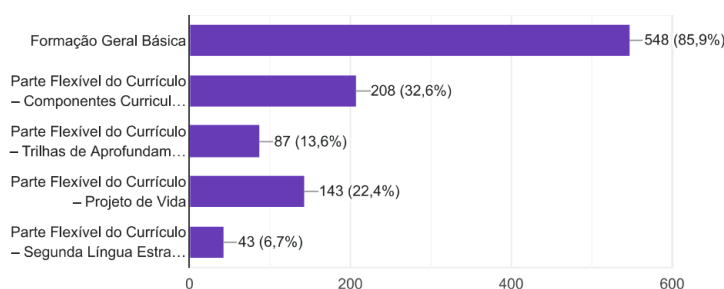


Gráfico 34. Parte do currículo em que atuam os professores com a implantação do NEM.

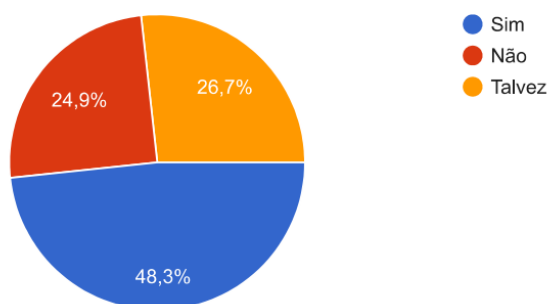


Gráfico 35. Percepção sobre a necessidade de uma Reforma do Ensino Médio.

Quanto a escolha da matriz curricular escolhida pelas escolas em que os professores respondentes atuam, da mesma forma que o dado da pesquisa com os gestores indica, foi assinalada a Matriz A de 31 aulas semanais (4 dias de 5 horas-aula diárias + 1 dia de 11 horas-aula diárias. Aulas todos os dias + 1 dia de contraturno), perfazendo 42,6%; seguido pela Matriz A de 31 aulas semanais estendida (4 dias de 6 horas-aula + 1 dia de 7 horas-aula diárias. Aulas em turno único) alcançando 33%; e Matriz B de 35 aulas semanais (3 dias de 5 horas-aula + 2 dias de 10 horas-aula diárias. Aulas todos os dias + 2 dias de contraturno).

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

Na percepção dos professores, a Reforma do Ensino Médio em curso não está adequada para a formação das juventudes para 58,7% dos participantes da pesquisa; seguidos por 26,9% que compreendem que a reforma em curso está parcialmente adequada; e de outros 11,2% que responderam que ainda não possuem elementos suficientes para responder a esta questão. Apenas uma minoria respondeu que concorda que a reforma é adequada.

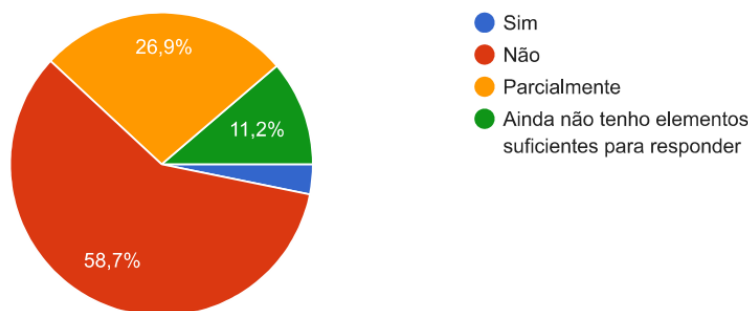


Gráfico 36. Percepção dos professores sobre se a Reforma do Ensino Médio está adequada para a formação das juventudes.

Outro dado preocupante revelado por esta pesquisa, refere-se ao nível de esclarecimento do NEM pelos professores. A maioria indicou não se sentir suficientemente esclarecido quanto à forma como o NEM está organizado e sendo implementado em Santa Catarina (57,6%); seguido por aqueles que assinalaram que estão parcialmente esclarecidos (32,6%). Apenas 9,8% se sentem esclarecidos sobre o NEM no estado.

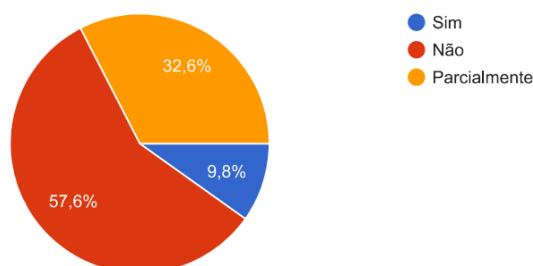


Gráfico 37. Esclarecimento dos professores quanto à forma que o NEM vem sendo organizado em Santa Catarina.

Tais dados revelam que há importante demanda de formação continuada para que os professores se apropriem dos elementos básicos e estruturantes da reforma, o que será determinante para que os professores possam se posicionar quanto aos seus impactos sobre a formação das juventudes e ainda sobre o trabalho docente.

O Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio foi apontado como sendo o documento orientador do Currículo do NEM que os professores mais tiveram acesso para estudar (1°); seguido pelo Caderno de Orientações para a Implementação do Novo Ensino Médio (2°). Cerca de 47% dos participantes indicaram não conhecer a forma como o Itinerário Formativo de Educação Profissional será ofertado pela Rede Estadual; cerca de 37,6% assinalou conhecer parcialmente; e a minoria conhece (15,3%).

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Quando questionados sobre o nível de autonomia dos estudantes na escolha dos Componentes Curriculares Eletivos e das Trilhas de Aprofundamento, a grande maioria respondeu que esta autonomia foi parcial (60,7%); seguido por aqueles que declaram que os jovens não tiveram autonomia alguma (34,1%). Os demais responderam que os estudantes tiveram total autonomia nesta escolha.

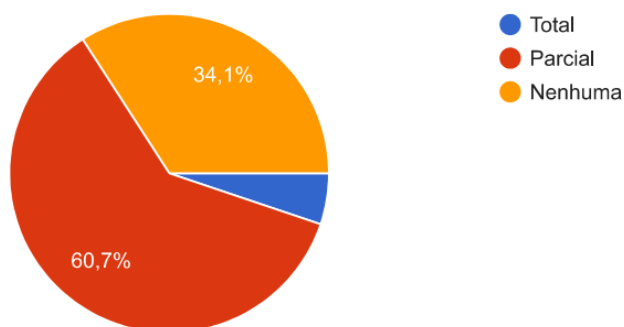


Gráfico 38. Percepção dos professores a respeito do nível de autonomia dos estudantes a sobre a escolha dos Componentes Eletivos e Trilhas de Aprofundamento.

Quando inquirimos sobre as dificuldades para a oferta destes componentes, cerca de 61,4% assinalaram que, em sua percepção, a sua escola teve algum grau de dificuldade; seguido por aqueles que assinalaram não ter percebido nenhuma dificuldade (38,6%). Entre as principais dificuldades, foram apontados limitações: problemas de de infraestrutura das escolas; falta de clareza de representações das CREs a respeito das demandas necessárias para implantação da reforma; a desmotivação dos alunos para permanecer mais tempo na escola; a formação inadequada dos professores; a presença de alunos trabalhadores, dificultando a oferta de contraturno; a impossibilidade de garantir a oferta de componentes escolhidos pelos estudantes, gerando transtornos com aqueles que tiveram que cursar componentes que não foram os escolhidos; a existência de muitas informações repassadas em pouco tempo, dificultando a compreensão das mudanças; a falta de material de apoio pedagógico adequado para o trabalho nas trilhas e componentes curriculares eletivos; e o estrangulamento da carga horária para planejamento integrado e interdisciplinar.

No depoimento de um dos professores participantes da pesquisa, encontramos vários elementos preocupantes, uma vez que este afirma que houve “*atraso das grades curriculares, atraso na distribuição, atraso na escolha das trilhas e eletivas por mais de um mês, falta de profissionais interessados, pulverização das trilhas para inúmeros professores com mínimo de aulas na escola (2 aulas, 4 aulas), falta de profissionais habilitado para as eletivas e trilhas, mesmo os habilitados após 4 meses ainda se perguntando quais os conteúdos que deve ser trabalhado. Alunos não valorizam a parte diversificada, professores acham um desperdício, virou um faz de conta, é uma estrada sem destino de chegada a qual não importa se vai ou se volta. É urgente o fim dessa confusão criada na educação*”.

Outro professor ressalta que, “*apesar de todos os esforços da equipe pedagógica os estudantes e as famílias são resistentes e não compreendem que a parte flexível como as trilhas, por exemplo, oferecem aprofundamento dos componentes da base que tiveram aulas subtraídas, (salvo os componentes de LPL e matemática que não*

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



deveriam ser subtraídos na parte base. Além de outros relacionados à organização e a implementação dos laboratórios que até agora não aconteceu”.

O relato de um dos professores respondentes é bastante inquietante quando afirma que *“a dificuldade é no sentido dos alunos ficarem diversos dias com falta de professor pela demora na escolha dos componentes eletivos e trilhas de aprofundamento. Foram mais de 30 dias após início das aulas para contratar os professores e organizar o horário. Muita desorganização e matação de aula. Estão acabando de vez com a educação pública!!!! Sem falar que não são todos os alunos que podem escolher a sua trilha de aprofundamento, grande parte está fazendo o que a maioria da turma quis e não a área que de fato deseja seguir... Bom pra uns, perda de tempo para outros!!!”*. Ainda sobre a escolha dos estudantes, um dos relatos aponta que *“os componentes foram selecionados conforme o quadro de professores, não tem estrutura para oferecer alguns componentes”*. Na mesma direção vai a afirmação feita por outro respondente, dizendo que, em sua escola, *“a escolha é direcionada aos estudantes, não sendo uma escolha autônoma”*. Observa-se aqui que a ideia do protagonismo da escolha do estudante quanto a composição do seu currículo tem se caracterizado, em boa medida, em uma falácia.

Críticas também recaíram sobre o esvaziamento dos conteúdos. Conforme um dos relatos, foram ofertadas *“disciplinas eletivas genéricas, superficiais, sem aprofundamento teórico. Houve briga pela distribuição de carga horária entre professores”*. A dificuldade das escolas pequenas não deixaram de aparecer nos relatos. Conforme um dos professores respondentes, a sua escola *“é pequena para a quantidade de alunos, os alunos não tiveram a oportunidade de escolher, a escola fez as escolhas por trimestre e todos seguem os mesmos componentes e trilhas de aprofundamento. Não existem salas disponíveis para, por exemplo, dividir os alunos em dois grupos diferentes”*.

Na visão de outro professor participante da pesquisa, *“muita coisa vem sendo decidida pelo meio do caminho, dando a impressão que nem o Estado sabe direito o que fazer. Mudanças são importantes e necessárias, mas há modos e tempos certos para fazê-las. Como vem ocorrendo, ficamos desorientados, já que a formação sobre o portfólio aconteceu na metade do primeiro trimestre e o livro didático chegou na escola no final do primeiro trimestre. Antes tínhamos planos de aula quinzenais, agora sequência didática para trinta dias, tudo feito com aulas em andamento. Me parece que, ou essas questões não foram bem pensadas antes ou não há compromisso, por parte da gestão, com a organização já feita pelos professores. Quanto ao PV, a propaganda sobre recursos, quando da implantação, foi grande. Agora precisamos fazer o componente remanejando recursos mínimos”*.

Por fim, um dos respondentes alerta sobre o que vem ocorrendo no trabalho com as trilhas em sua escola: *“1. Erroneamente estão trabalhando projeto nas disciplinas das Trilhas. No meu entendimento, as Trilhas seriam para aprofundar o conhecimento na área escolhida pelo estudante; e 2. Em 2022, iniciamos o ano com quatro turmas de segundo ano, tínhamos quatro trilhas (ofertávamos todas as áreas), no segundo semestre, com a redução de alunos, tivemos que fechar uma turma, com isso, fechamos uma trilha. Os alunos que escolheram a trilha que fechou foi obrigado a migrar para outra. Não pode seguir no que escolheu. Somos a única escola de ensino médio do município”*. Este é um problema latente no processo de implementação do NEM em SC, que possui 295 municípios e, em 170 deles, há apenas uma escola de Ensino Médio.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

No que diz respeito a atuação no componente curricular Projeto de Vida (PV), apenas 20,2% dos professores respondentes afirmaram atuar no mesmo.

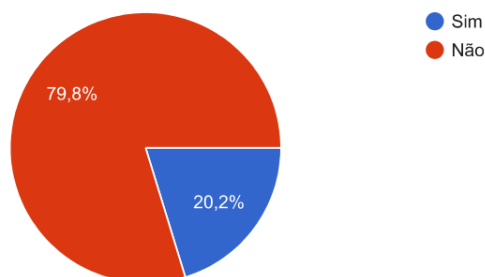


Gráfico 39. Percentual de docentes participantes que atuam no componente de Projeto de Vida

Destes que atuam em PV, cerca de 44,6% disseram que o fazem para completar sua carga horária na escola; e outros 39,4% indicam possuir identificação e perfil para atuação. Uma minoria indicou ter aceitado por se sentir desafiado. Apenas 23,7% afirmou ter recebido algum tipo de formação específica para atuar no componente de Projeto de Vida. Quanto à formação continuada para atuação neste componente curricular, os respondentes que participaram de alguma formação continuada afirmaram que ela foi feita, em sua maioria, por meios virtuais pela SED-SC e/ou CRE (49%); seguido por aqueles que buscaram alguma formação fora da rede estadual de ensino (36,3%); e outros que fizeram algum tipo de formação no próprio ambiente da escola (14,6%). Observa-se que, muito embora haja recomendação de um perfil docente para atuação no Projeto de Vida, qualquer professor pode se colocar à disposição para atuar nesse componente curricular.

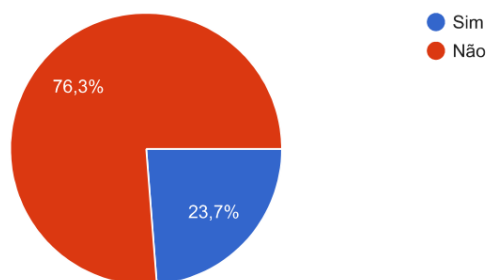


Gráfico 40. Percentual de professores que recebeu algum tipo de formação continuada para atuar em Projeto de Vida.

Outra questão a respeito da atuação no componente curricular Projeto de Vida, foi sobre o nível de preparação dos professores. Os dados coletados revelam que uma pequena parcela assinalou estar totalmente preparado para atuar nesse componente; e que uma maioria se sente parcialmente preparado (36,8%); ou despreparada (29,3%). Há ainda aqueles que estão indecisos, não se sentem ainda com alguma opinião formada a respeito da sua preparação para atuar no referido componente, o que; em nossa análise; indica que não estão preparados para atuar neste componente curricular, considerado central no NEM.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

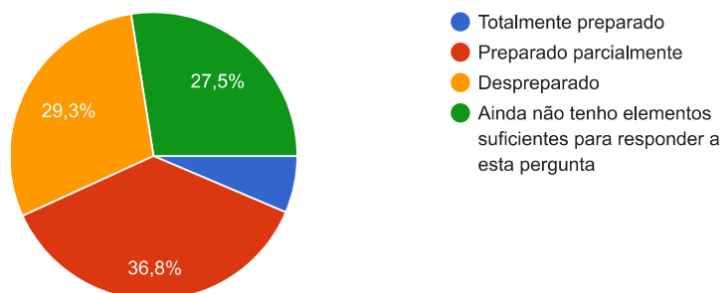


Gráfico 41. Percepção sobre sua preparação para lecionar no componente de Projeto de Vida.

Cabe salientar que, entre as principais características que se espera dos docentes que se colocam à disposição para atuar em Projeto de Vida, estão: resiliência, flexibilidade, empatia, ser uma pessoa aberta ao diálogo e possuir articulação com a escola e a comunidade. Boa parte dessas características, quando trazemos para o diálogo da literatura educacional, correspondem às características requeridas pelo mercado para a formação do novo sujeito neoliberal.

Quando indagados sobre qual a sua percepção sobre o papel do componente projeto de vida na formação das juventudes, observamos a existência de, ao menos, três grupos de respostas. No primeiro, identificamos relatos que sinalizam a falta de compreensão da finalidade do componente, ou de professores que não acreditam que este componente possa trazer grandes contribuições à formação dos jovens em uma perspectiva emancipadora. Neste grupo, respondentes destacam pouca “*maturidade para o componente*” [ao se referir aos jovens estudantes], ou ainda que o referido componente “*está deixando nossos jovens despreparados para uma vida acadêmica. A perspectiva que tenho é que estamos formando o chão das fábricas não seres pensantes, críticos, participativas na sociedade*”.

Outros destacam que há docentes que só atuam neste componente para complementar sua carga horária: “*para o professor é complementar aulas que perdeu com o novo ensino médio, no caso de necessitar preencher carga horária. Trabalho que era responsabilidade de todos os professores no Ensino Médio Inovador. Para os alunos é matação e perda de tempo. Não deveria existir. Já não sabem mais interpretar e nem somar, mesmo estando na metade do ensino médio*”.

E, por fim, ainda nesse mesmo grupo, aparecem os que criticam o caráter alienante da proposta: “*altamente alienante. É uma disciplina domesticadora, que busca fazer com que os alunos resistam e se adaptem às exigências do mercado de trabalho capitalista. Não gera nenhum pensamento crítico, apenas conforma os jovens à realidade que vivem*”. Ou ainda, que o referido componente “*amputa o pensamento crítico e questionador. Está envolto em um projeto mercadológico de escola para servir os interesses de fundações e associações empresariais*”.

Já no segundo grupo, identificamos relatos de professores que consideram relevante a oferta do componente e que ele tem feito a diferença nesta nova matriz curricular e à formação das juventudes. Destaca-se que o componente, segundo afirmações de um professor participante da pesquisa, oportuniza “*reflexão sobre a escola, o currículo, a vida profissional e a vida acadêmica. Espaço de escuta atenta das demandas e anseios dos jovens, além de incentivo ao protagonismo juvenil*” e que contribui para uma formação de jovens que saibam sobre o “*valor de ser cidadão com pleno conhecimento de si e do mundo como um todo, um ser humano de valores*”. Para

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

outro respondente o componente projeto de vida “*tem como objetivo orientar os estudantes na busca de sentido para vida. Vai além dos conteúdos. Quais são os desafios para serem enfrentados? Como convivo com as pessoas? Quais são os sonhos pessoais e profissionais? Definir metas*”.

Um dos respondentes expressa que, em seu entendimento “*talvez seja o componente mais importante de todos. Se nossos estudantes tiverem um PV, certamente saberão lidar com as frustrações e conquistas que a vida trás. Também será mais fácil superar as dificuldades e buscar o sucesso em tudo o que fizerem*”. Nesse mesmo sentido, outro respondente expressa que trabalhar com projeto de vida é “*essencial, necessário. Importante norteador de várias áreas da vida, desenvolve autoconhecimento, incentiva os jovens a buscarem pelos seus sonhos e sobre seu papel na sociedade. Orienta sobre três esferas: pessoal, cidadã e profissional*”.

Por fim, no terceiro grupo estão relatos daqueles que compreenderam a finalidade do componente na formação da juventude, mas condicionam o seu sucesso a outros fatores, tais como: trabalho coletivo, planejamento integrado e dinâmico, formação continuada específica. Um dos respondentes afirma que “*o modelo do EMITI é muito mais interessante e possibilita sucesso. Este modelo de disciplina não vai funcionar*”. Outro afirma que “*é muito bom os jovens poderem refletir sobre seu futuro, mas falta mais informação para os professores, pois muitas vezes não sei se estou fazendo certo me sentindo insegura quanto ao meu trabalho, falta participação da gestão da escola, e acima de tudo tempo para planejar com o outro professor que também trabalha PV e com os demais professores das áreas*”. Outra respondente expressa preocupação com a imaturidade dos estudantes: “*seria importante como forma de orientação aos discentes de seus possíveis caminhos. Porém os alunos não levam a sério, faltam, não fazem as atividades por não valer nota. Ele é interessante, mas não deve ser feito nos três anos, tornou-se maçante para os alunos, sem representar sentido*”.

Sobre o envolvimento/adesão dos alunos no componente curricular projeto de vida, na percepção de 38,7% dos professores respondentes, os estudantes estão parcialmente interessados e envolvidos; seguidos por aqueles cuja percepção é de que os estudantes estão desinteressados (32,4%); e daqueles que não quiseram opinar, estão indecisos sobre esse engajamento das juventudes (26,2%). Uma minoria tem a percepção de que os jovens estariam totalmente interessados e envolvidos.

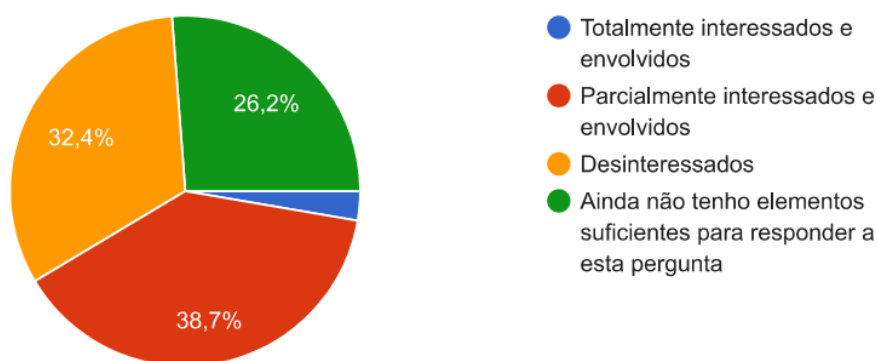


Gráfico 42. Percepção dos professores sobre o envolvimento/adesão dos alunos no componente de Projeto de Vida.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

Quando indagados sobre se sentem preparados para atuar com os componentes eletivos previstos no âmbito do Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio, cerca de 41% dos participantes da pesquisa assinalaram que se sentem parcialmente preparados; seguidos por aqueles que se sentem despreparados (37,9%); e aqueles que ainda estão indecisos e indicam não possuir elementos suficientes para responder a esta pergunta (16,5%). Os demais se sentem totalmente preparados.

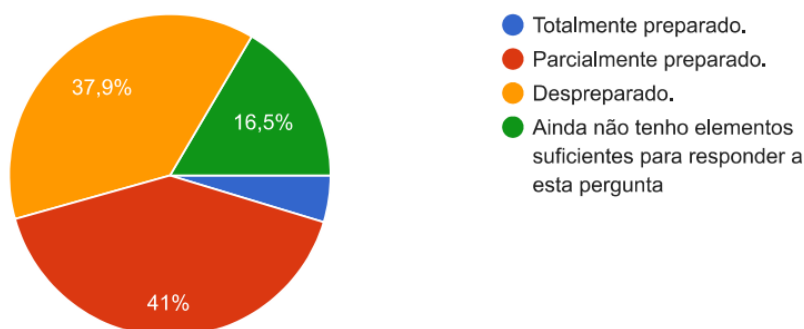


Gráfico 43. Percepção dos professores sobre sua preparação para atuar nos componentes eletivos do NEM.

Na percepção dos professores respondentes estão entre os maiores desafios/dificuldades encontrados pela escola em que atua para implantação do Novo Ensino Médio até o presente momento: a infraestrutura precária, insuficiente e inadequada (salas de aula, laboratórios, sala de professores para planejamento) (1°); seguido pela ausência/insuficiência de carga horária destinada para planejamento integrado (2°); a formação continuada insuficiente e inadequada (3°); falta de valorização profissional (4°); e a falta de recursos financeiros destinados para implementação do currículo (visitas técnicas, organização de seminários, atividades práticas, entre outros); e ainda a dificuldades relacionadas ao transporte dos estudantes (trajeto casa/escola) (5°). Para 89,1% dos respondentes, a formação geral básica foi prejudicada pela inserção da parte flexível e será insuficiente para formar integralmente as juventudes.

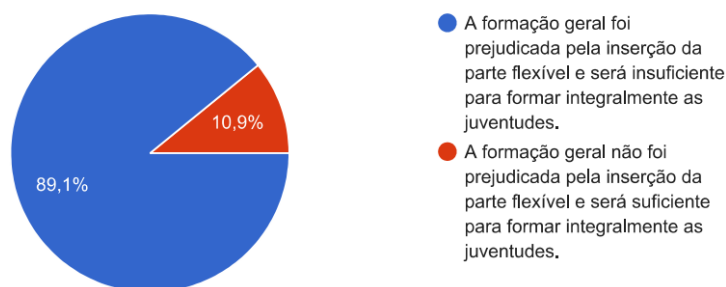


Gráfico 44. Percepção em relação à carga horária destinada à Formação Geral Básica.

Quando indagados sobre o que consideram uma inovação, os pontos positivos do que vêm sendo chamado de Novo Ensino Médio, encontramos, ao menos, três grupos de relatos. No primeiro grupo, estão aqueles que, de imediato, apontam pontos positivos da reforma. Entre estes pontos, estariam a flexibilidade do currículo; a possível liberdade de escolher as trilhas de aprofundamento e componentes eletivos com base nos interesses e habilidades dos alunos; a existência de uma base nacional comum;

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



as metodologias ativas e o projeto de vida; além do projeto de vida que aparece muito ligado à preparação do estudante para o mercado de trabalho e as competências socioemocionais.

Já no segundo grupo, conseguimos agrupar relatos daqueles que condicionam ou que consideram inovação ou positividade da política em curso a outros fatores. Ilustram esse grupo afirmações como *“a possibilidade de eletivas é legal, mas teria de haver tempo para planejamento. Ou seria melhor trabalhar por projeto como o EMITI, partindo do interesse dos estudantes, garantindo horas de planejamento, integração da área e integração entre áreas do conhecimento”* e ainda de que a inovação está na *“flexibilidade de parte do currículo, [...]mas ao custo da diminuição da base geral. Pode acarretar em precarização da formação dos estudantes”*.

O Projeto de Vida é bastante citado entre as inovações, mas aparece condicionado com a mesma intensidade às necessidades de formação continuada de professores, suporte técnico, de laboratórios para atividades práticas. Um dos participantes destaca que, na sua visão, o projeto de vida deveria ser implementado já no Ensino Fundamental, pois, segundo ele, *“chegaríamos ao Ensino Médio com alunos mais conscientes de seus atos, mais responsáveis em relação ao futuro”*. A relação entre ensino e aprendizagem com o trabalho também apareceu em um dos relatos como sendo uma inovação, por outro lado, o respondente acredita que não pode reduzir à formação para o mercado de trabalho, mas a formação em uma perspectiva integral *“com formação de um sujeito que adquira tanto conhecimentos científicos quanto profissionais, mas na grande maioria das instituições isso não acontece e acaba se tornando uma formação somente para o mundo do trabalho e mão-de-obra barata”*.

Por fim, no terceiro grupo, encontram-se os relatos daqueles que, a partir da sua experiência, não observam nenhuma inovação na proposta. Alguns justificam seus posicionamentos, reiterando a precarização da infraestrutura das escolas, a falta de tempo para planejamento integrado, a falta de formação continuada inadequada, a redução do espaço-tempo de trabalho com os componentes na parte do currículo voltada à Formação Geral Básica, etc.. Um dos participantes observa que *“da forma que estamos trabalhando não há nada de novo, pois não temos tempo para planejar em conjunto com as demais disciplinas e muito menos tempo com a Gestão Escolar”*. Outro, um pouco mais incisivo na sua justificativa, considera a reforma proposta *“um descaso com a educação, ineficiente, sem estrutura, imposto de forma autoritária, antidemocrática, sem contar com a parte digital, que é uma das exigências, minha escola tem alguns tablets, mal dá para trabalhar com uma turma”*.

Nesse mesmo sentido, outro participante afirma: *“levando em consideração a forma como foi conduzida a implantação e a falta de estudos acerca da possibilidade de implantação do projeto original, no meu entender não oferece inovações reais e não há pontos positivos a serem citados. Com o currículo proposto só aumentam as lacunas criadas durante o processo formativo acentuando as desigualdades entre estudantes da rede pública e privada”*. Outro desabafa: *“sinceramente o melhor ensino médio que teve foi o EMI, onde os alunos realmente eram protagonistas de seus estudos, caminhavam de acordo com suas habilidades e capacidades. De inovação não teve nada. Apenas redução de aulas da parte de formação geral com inserção de trilhas e eletivas que não estão tendo um aprendizado adequado por falta de estrutura e materiais necessário”*.

Para 50% dos participantes desta pesquisa, na sua compreensão, o NEM precarizou a sua condição de trabalho docente; outros 37,2% compreendem que

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

precarizou parcialmente; e 12,8% entendem que não houve precarização do trabalho docente.

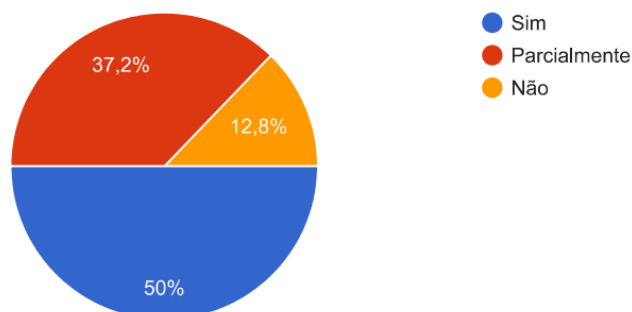


Gráfico 45. Percepção dos professores sobre a precarização de sua condição de trabalho a partir da implantação do NEM.

Sobre a infraestrutura para a implementação do NEM, cerca de 72,6% dos professores respondentes indicaram que não há infraestrutura adequada com acesso à internet para a hora-atividade seja cumprida na escola. Sobre a hora-atividade, cerca de 40,2% afirmou que usa este espaço-tempo para seu planejamento individual de trabalho; já aproximadamente 37,9% indicou que já compartilha este espaço-tempo para o planejamento coletivo no âmbito da área do conhecimento em que atua. Cabe salientar que cerca de 18,1% dos participantes responderam não ter mais sua carga horária de planejamento individual, desenvolvendo planejamentos coletivos.

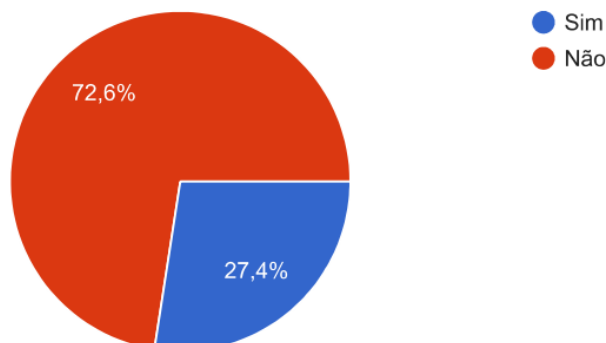


Gráfico 46. Infraestrutura adequada com acesso à internet para cumprimento da hora-atividade na escola.

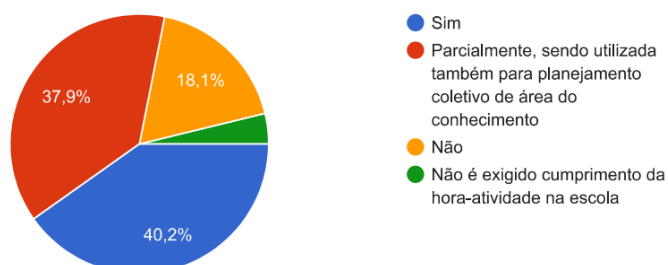


Gráfico 47. Uso da hora-atividade para planejamento individual das atividades docentes.

A maioria dos respondentes indicou atuar em uma única disciplina para integralizar sua carga horária (47,7%); seguido por aqueles que indicaram atuar em duas (31%); e atuar em três (14,4%). Uma pequena parcela indicou atuar em quatro ou mais

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

disciplinas. Vale lembrar que a grande maioria dos professores respondentes desta pesquisa são efetivos, o que lhes permite a atuação em um único componente curricular, ou componentes curriculares afins, realidade que não se aplica à grande maioria dos professores admitidos em caráter temporário no estado de Santa Catarina, que já são maioria.

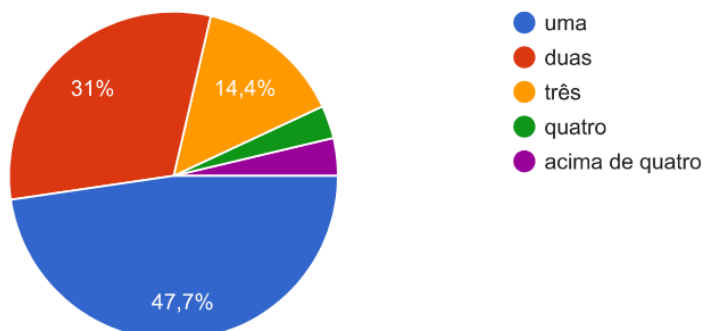


Gráfico 48. Número de disciplinas trabalhadas para integralizar a carga horária de docência.

Quando indagados sobre a formação continuada, predominou a oferta virtual pela SED-SC (1º); seguido pelo presencial na escola (2º); virtual pela CRE (3º); virtual pela escola (4º); presencial pela CRE (5º); e presencial pela SED-SC (6º). Cerca de 54,5% assinalaram que a formação continuada ofertada foi insuficiente e inadequada; seguido por aqueles que indicaram que a formação parcialmente suficiente e adequada (28,7%); e aqueles que consideraram a formação insuficiente, mas adequada (14,7%). Por fim, apenas 2,1% dos professores considera a formação continuada foi suficiente e adequada. Com alguma alteração nos percentuais, estes mesmos fatores aparecem nesta ordem quanto à avaliação dos participantes da pesquisa em relação à formação continuada recebida pela CRE e pela Escola.

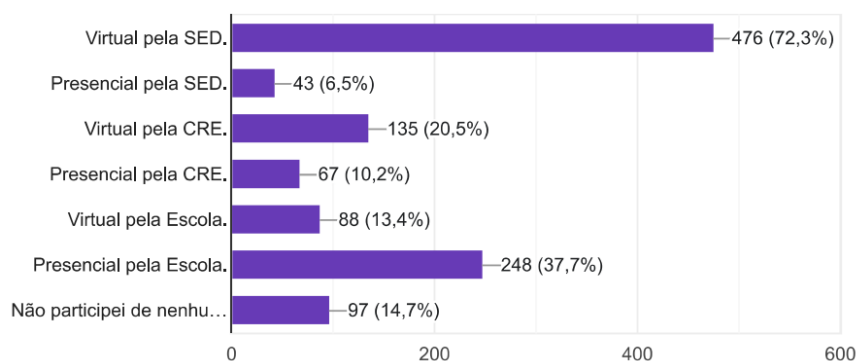


Gráfico 49. Formas de oferta de formação continuada

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010-430
 Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

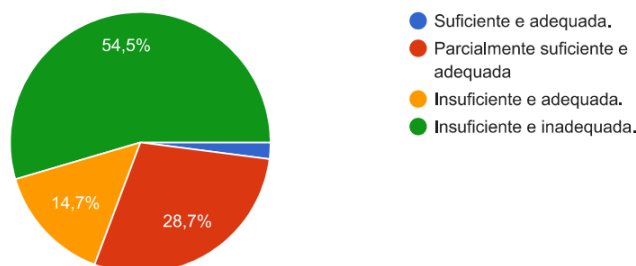


Gráfico 50. Avaliação realizada por professores acerca da formação continuada recebida pela SED-SC.

Os servidores da equipe da SED-SC foram indicados como os principais ministrantes da formação continuada a respeito do NEM; seguidos por profissionais ligados a Institutos Privados [Instituto Iungo, Instituto Ayrton Senna, entre outros], universidades públicas e comunitárias do Sistema Acafe; e agentes do Sistema S (a exemplo do Sesi, Senac, Sebrae, entre outros).

Quando perguntados sobre qual o tipo de formação continuada os participantes da pesquisa consideram mais adequada, predominou a oferta no formato presencial, com o desenvolvimento de atividades práticas, ministradas por universidades públicas e comunitárias [profissionais capacitados], periódica/contínua, ofertada em horário de planejamento e em momentos sem presença de alunos, ou ainda, que sejam ofertadas na pós-graduação por meio de mestrado profissional, etc..

Um dos respondentes ressalta que a formação poderia ser ofertada entre os formatos presencial e o virtual, mas seguindo outros parâmetros que considera qualificar a oferta: *“considero tanto a virtual quanto presencial, porém em um mesmo horário com todos os professores, coordenada por uma equipe gestora qualificada e que possa haver momentos de troca de ideias, debate entre os docentes e momentos de formação de grupos de trabalho por área de conhecimento”*. Outro aponta a necessidade de chegar ao chão da escola, para este uma boa formação *“aquela que consiste em relacionar sala de aula e realidade vivenciada, que faça uma mediação entre as relações histórico cultural e a sociedade de hoje. Uma que explique como devem ser feitos os planos de ensino e de aula”*. Outro respondente tem essa mesma compreensão: *“deveria haver uma formação de imersão, com práticas de ensino integradas, dinâmicas, de acolhimento para acolher. As realidades das comunidades não estão sendo percebidas”*.

Um dos professores respondentes ressalta que gostaria da maior participação de formadores do poder público e não ligados à iniciativa privada: *“discussões com profissionais do funcionalismo público, não de órgãos privados que imprimem sua ideologia no currículo escolar ignorando os interesses da classe trabalhadora”*. O pedido de mais práticas nas formações ofertadas aparece nos relatos, um participante da pesquisa representa bem esse pedido: *“mais práticas e menos teóricas, com exemplos de atividades e ações a serem desenvolvidas em sala de aula e, principalmente, FORMANDO os docentes para a avaliação processual de competências de forma semanal como solicitado no planejamento”*.

Quando perguntados sobre quais laboratórios a escola recebeu da SED-SC para viabilizar a implementação do NEM, observa-se que até o momento em que o questionário foi respondido, a maioria indicou não ter recebido nenhum laboratório (1°); seguido pelo laboratório de Ciências da Natureza (2°); Laboratório de Informática (3°);

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

Matemática e suas tecnologias (4º); Espaços Makers (5º); e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (6º).

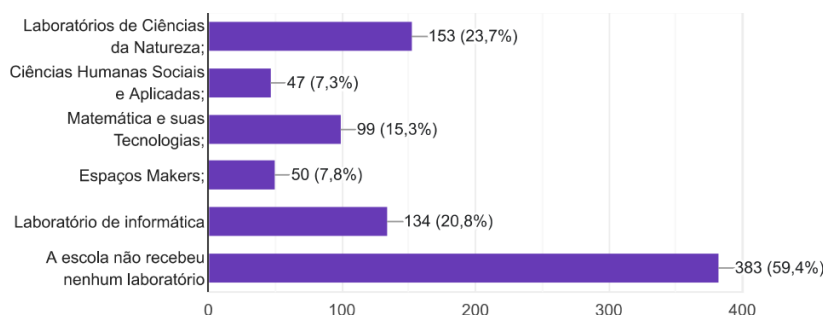


Gráfico 51. Laboratórios encaminhados pela SED-SC e recebidos na escola em que atuam como docentes.

Cerca de 58,9% dos respondentes indicou não possuir laboratório de informática equipado, funcionando e com acesso à internet. Os demais ficaram entre os que possuem o referido laboratório funcionando bem (27,7%) ou parcialmente funcionando. Dos que indicaram ter o laboratório funcionando, cerca de 88,7% responderam não ter um profissional específico para atender professores e alunos.

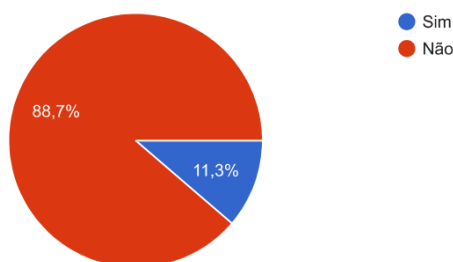


Gráfico 52. Percentual de escolas que possuem um profissional para atendimento no laboratório de informática.

Já sobre as condições de biblioteca, cerca de 60,1% respondeu não ter este espaço em sua escola com acervo adequado à sua área do conhecimento; seguido por aqueles que indicaram que possuem acesso a uma biblioteca em condições de trabalho na escola em que atua (39,9%). Aproximadamente 54,9% dos professores respondentes indicaram que, na biblioteca da sua escola, não há um profissional para atender professores e alunos; seguidos por aqueles que possuem um profissional neste espaço (45,1%). Já laboratório de Arte, a maioria respondeu não possuí-lo em sua escola (74,8%); seguido por aqueles que indicaram ter uma sala ou laboratório em que é possível desenvolver as atividades do componente curricular (25,2%).

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

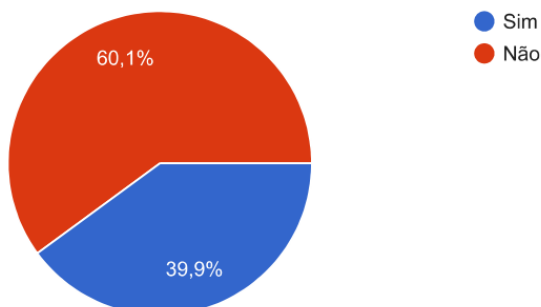


Gráfico 52. Existência na Biblioteca da escola de acervo literário adequado à área do conhecimento em que atua na docência.

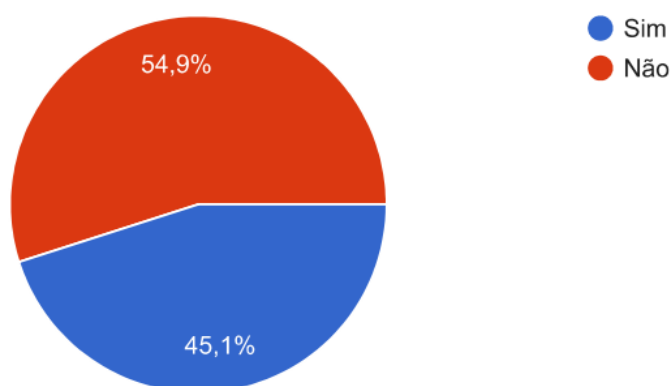


Gráfico 53. Existência de profissional na Biblioteca para atender professores e alunos.

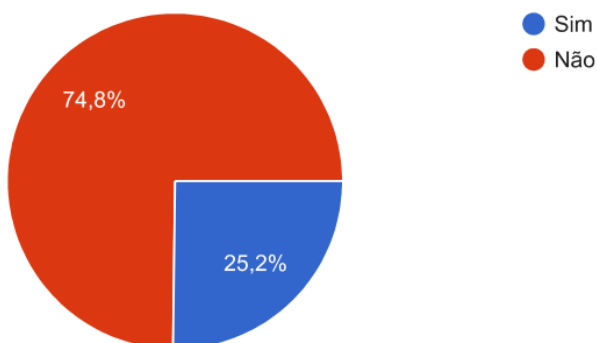


Gráfico 54. Existência de laboratório de Arte na escola.

Ainda em relação as questões infraestruturais, a maioria dos professores respondentes indicou ter ginásio de esportes em sua escola (79,1%); seguido por aqueles que não o possuem (20,9%). 62,1% sinalizaram que a quadra é coberta; seguido por aqueles em que a quadra não é coberta (37,9%).

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

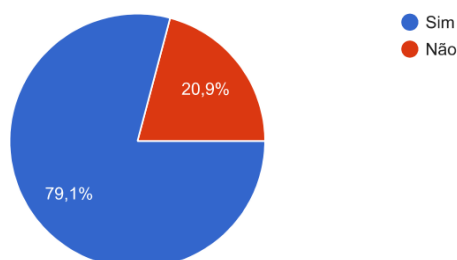


Gráfico 55. Existência de Ginásio de Esportes em escolas do NEM.

Já sobre espaço de convivência adequada aos jovens do Ensino Médio, a maioria respondeu não ter espaços com essa função (72,5%); seguido por aqueles que possuem (27,5%). Cabe lembrar que estes espaços são fundamentais para a permanência das juventudes no espaço-tempo escolar ampliado, para sociabilidade, diálogos de saberes e experiências entre seus pares, com professores e gestores. A escola também é espaço de reivindicar juventude e, por isso, seus espaços de convivência precisam ser qualificados para que os estudantes possam seguir ampliando seus repertórios formativos no contraturno.

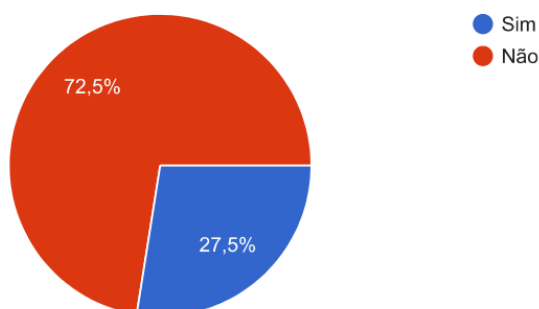


Gráfico 56. Percentual de espaços de convivência adequados aos jovens nas escolas do NEM em Santa Catarina.

Apesar de não terem um espaço específico destinado à convivência entre estudantes, aproximadamente 49,5% dos professores responderam que sua escola possui Orientador de Convivência no período diurno, com contratação de 32 horas; seguido por aqueles que possuem no período diurno, com contratação de 16 horas (32,2%); e aqueles que possuem, também, um orientador de convivência no período noturno (10,1%). Os demais responderam não ter uma pessoa atuando nessa função.

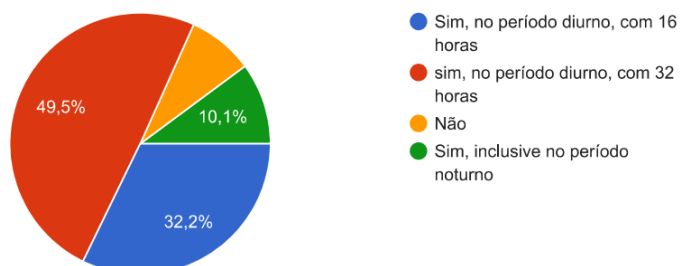


Gráfico 57. Presença de orientador de convivência e respectiva carga horária.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br

Aproximadamente 40,5% dos professores respondentes indicou que sua escola não possui salas de aula em número suficiente e adequada para atendimento das demandas do Novo Ensino Médio; seguido por aqueles que consideram que as salas são parcialmente adequadas (31%); e que consideram totalmente adequadas (28,5%). A maioria sinalizou que sua escola oferece equipamentos audiovisuais (multimídia, caixas de som, televisão, notebook, entre outros) para o trabalho com os componentes curriculares, mas em quantidade insuficiente (56,8%); seguido por aqueles que consideram suficientes (32,2%); e, por fim, daqueles que sinalizaram não possuir acesso a estes equipamentos (11%).

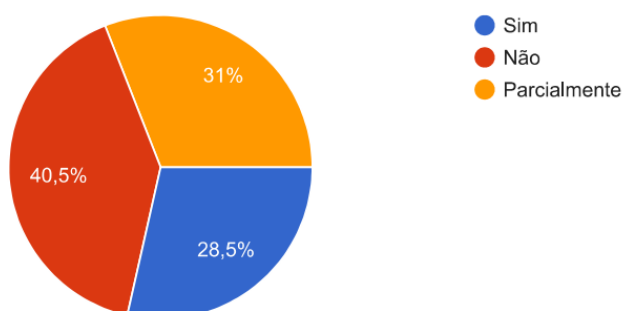


Gráfico 58. Salas de aula em número suficiente para atender as demandas do NEM.

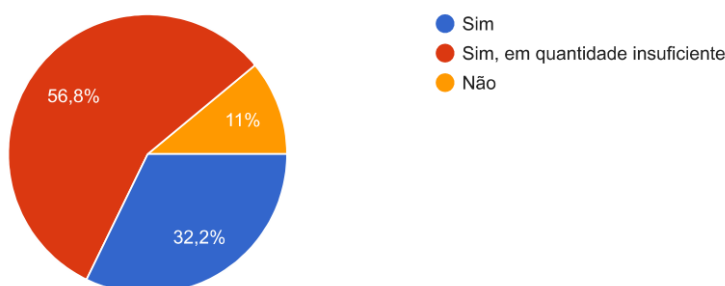


Gráfico 59. Equipamentos audiovisuais oferecidos pelas escolas para o trabalho com os componentes curriculares do NEM.

Outro dado importante, refere-se a necessidade das escolas repensarem suas ofertas formativas em função do NEM. A esse respeito, observamos que 56,9% das escolas não precisou reduzir a oferta no Ensino Fundamental para atender as demandas do NEM; 24,3% indicaram ter observado esse impacto na sua escola; e 18,8% dos participantes da pesquisa sinalizaram não ter sentido esse impacto porque só atendem o Ensino Médio.

Como última questão, o questionário permitia aos participantes da pesquisa registrarem comentários sobre o NEM em Santa Catarina. Para esta resposta, obtivemos a participação de 342 professores respondentes. Observamos que, para a maioria que se prontificou a escrever neste espaço, o NEM implicou alterações curriculares e da rotina escolar, que vem prejudicando a organização do trabalho pedagógico, abrindo caminhos à precarização do trabalho docente e para a formação dos jovens. Aponta-se, nestes relatos, que nem a escola e nem os docentes, por exemplo, estão devidamente preparados para atender de modo adequado às demandas emergentes.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



Como forma de ilustrar neste relatório as questões suscitadas pelos professores participantes da pesquisa, selecionamos algumas contribuições. Um dos respondentes afirma em seu comentário que o NEM “*retirou conhecimentos específicos fundamentais para a formação plena do educando. Está difícil trabalhar com tantas informações desfocadas e pressão psicológica para resultados*”. Nesse mesmo sentido, outro participante destaca que “*a ideia é boa, mas não fomos bem preparados. Ainda falta estrutura física e aumentar o quadro de profissionais qualificados para atender professores e alunos*”. Para outro, as precarizações são múltiplas, envolvem pessoal, formação das juventudes e infraestrutura inadequada: “*não concordo com a implementação de um Novo Ensino Médio que precariza a formação básica dos estudantes, a carga horária dos professores em sua área de atuação, e sem horas específicas pagas para planejamento adequado, isso sem entrar nas considerações de falta de salas, laboratórios, formação adequada, alunos trabalhadores etc.*”.

Outro depoimento que revela a precarização do trabalho docente está presente na afirmação de que o NEM representa “*um retrocesso. Professores exaustos para dar conta de buscar conteúdos que não são de sua alçada de formação, sem material específico para criar suas aulas, comprando cursos e livros do próprio bolso, tendo que participar de formações com vídeos longos demais que impossibilita que ele tenha vida particular além da profissional, tendo que preencher documentos/burocracias como planejamentos exaustivos sem nem mesmo momento de planejamento integrado remunerado. Querem que o professor faça o triplo do trabalho sem retorno financeiro e sofrendo assédio moral de escolas se não dá conta de toda essa demanda extra. Alunos têm aprendido minimamente os conteúdos básicos, posto que perderam tempo de aula que seria fundamental à sua formação. Isso gera uma juventude advinda de escola pública ainda mais despreparada para concorrer a vagas em universidades e no mercado de trabalho*”.

Não faltaram críticas à oferta do Ensino Médio Noturno: “*até agora não vi nada de mudança para o ensino médio... ficou confuso e muito complexo. O aumento da carga horária para o noturno para 4 anos foi suicídio, pois sabemos que nossos jovens não vão chegar até lá*”. Há um conjunto de relatos de professores preocupados com essa situação, sobretudo porque em suas experiências indicam o aumento da evasão a partir do final do segundo ano, quando jovens chegam próximo aos 18 anos e sinalizam migração para a EJA ou para o ENCCEJA.

Por fim, há um segundo grupo que acredita que o NEM trouxe melhorias, esperança de que estudantes e professores dinamizem o ensino e a aprendizagem e todo esse movimento realizado qualifique “de fato” a oferta desta etapa da Educação Básica. Contudo, ao demonstrarem otimismo quanto ao NEM, também inferem em seus registros que seu sucesso depende de diversos fatores, tais como formação continuada adequada, melhoria das condições de infraestrutura das escolas, disponibilização de materiais pedagógicos, laboratórios, equipamentos e financiamento de atividades pedagógicas, como viagens de estudos, confecção de materiais resultados das oficinas, experimentos, entre outros.

Conforme um dos respondentes pertencentes a este grupo mais otimista em relação à reforma em curso: “*esperamos que dê certo. Que tudo melhore, que os alunos compreendam de forma melhor e maior. Que tenham mais interesse e estudem de forma adequadas com muito mais rendimento nos aprendizados*”. Nesse mesmo sentido, outro salienta: “*tem que rever a grade curricular e fazer pesquisas adequadas para se ter*

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



bom funcionamento, que realmente alcance o objetivo desejado que o aluno saia no final do curso preparando e satisfeito com suas escolhas”.

Outro respondente reivindica mais agilidade, menos burocracia e maior autonomia para o trabalho na escola: *“queríamos ter maior liberdade, maior autonomia na formação dos alunos e menos burocracia para registrar nosso trabalho. E mais horas atividades, quem sabe com dedicação exclusiva 20h ou 25h em sala de aula e 20h de hora atividade no contraturno”.* Observamos que concurso e dedicação exclusiva é uma demanda do corpo docente, visto como ações que qualificam o trabalho na escola e é um fator estratégico para a implantação do NEM.

Por fim, destacamos um relato que sugere diversas alterações para a implantação do NEM, considerando que a *“Carga horária [é] inadequada para aluno trabalhador (não podem ser punidos com um ano a mais no noturno); Falta de diálogo do MEC, SED com as empresas e sociedade, firmar acordo sem prejuízos (ex: sem redução de salários) aos nossos alunos; Recursos do MEC e SED para execução do projeto do Novo Ensino Médio: não somente promessas de estruturas, o Novo Ensino Médio já foi implantado sem recursos. Nós professores estamos gastando do próprio salário para aulas práticas”.*

IV-NOTAS ANALÍTICAS

1. Os dados nos permitem evidenciar o que podemos denominar de retratos da implantação do NEM em escolas públicas de Santa Catarina. Uma reforma que começou como medida provisória [MP 746/2016] e, logo após, culminou com aprovação da Lei 13.415/2017 e, de lá para cá, contou com a instalação de 120 escolas-piloto em todo o estado e expansão para mais de 700 estabelecimentos em 2022. Houve acesso a recursos oriundos do MEC [por meio de programa com financiamento do Banco Mundial] e a participação ativa de institutos ligados à iniciativa privada [a exemplo do Instituto Ayrton Senna, Fundação Natura, Itaú BBA, Fundação Vivo, Instituto Iungo] e cuja oferta do quinto itinerário formativo, o da formação técnica profissional, em 2024, tende a ampliar consideravelmente, absorvendo recursos vultuosos da educação pública, conforme já anunciado na assinatura de convênio com o Senai, entidade ligada à Federação das Industrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) na ordem de 120 milhões anuais (<https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31815-governo-de-sc-lanca-programa-educacao-empreedora-para-qualificacao-profissional-em-parceria-com-o-senai> – consultado em 18 de abril de 2023), enquanto as escolas vivem as mazelas sinalizadas no relatório quanto a infraestrutura para os demais itinerários formativos.

Cabe salientar que o processo de implantação atravessou a pandemia da Covid-19, contexto em que se manteve a elaboração do Currículo Base do Ensino Médio para o Território Catarinense (CBEMTC) e seus respectivos cadernos, programas virtuais de formação continuada e o avanço da implantação de diferentes matrizes curriculares nas escolas. Observamos que o contexto pandêmico acelerou o processo de implantação em meio às demandas emergentes de cuidados com a vida e as adequações que foram necessárias para o atendimento ao direito à educação daqueles que vivem do trabalho e se escolarizam na escola pública.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



2. Observa-se uma diversificação de posicionamentos entre os gestores e professores participantes da pesquisa e que expressam a complexidade e as contradições do processo de implantação da reforma em curso, apontam para possibilidades e, sobretudo, limites que merecem atenção. Seja para aprender com eles e reiterar sua capacidade de alterar os contextos escolares, seja para enfrentá-los, no sentido da construção de outras/novas proposições que possam garantir a oferta de Ensino Médio para todos e todas catarinenses: gratuito, laico, estatal, de qualidade, livre de preconceitos, um processo formativo emancipador e capaz de contribuir, “de fato” e de direito, para o desenvolvimento de projetos de vida das juventudes profundamente articulados com as suas condições materiais e a realidade concreta da sociedade em que vivem, e organicamente articulados com políticas sociais que tenham como horizonte a eliminação das desigualdades educacionais, sociais, culturais, de gênero, entre outras.

3. Para a maioria dos respondentes desta pesquisa, uma reforma do Ensino Médio era necessária, mas os dados evidenciam que, neste processo, era fundamental uma participação ampla e ativa da sociedade, sobretudo daqueles que vivenciam todos os dias a rotina escolar [professores, gestores e alunos]. A troca de experiências entre escolas-piloto e escolas que entraram na reforma mais recentemente, poderia ter trazido [e ainda pode trazer] maiores contribuições para o andamento da implantação do NEM em todo o estado, particularmente de determinadas estratégias que estão em vias de desaparecer, no que diz respeito à destinação de carga horária da jornada escolar para o planejamento integrado. Percebe-se um sentimento predominante de que o NEM é uma política imposta verticalmente, sustentada por bases legais que muitos ainda não se deram conta. Além disso, percebe-se que parte significativa das escolas não estavam preparadas para mudanças tão complexas, tanto estruturais quanto pedagógicas.

4. A diversificação de matrizes entre escolas e até dentro de uma mesma escola é uma característica que consideramos preocupante. Essa diversificação se dá tanto no tempo de oferta, quanto no conjunto de componentes eletivos e trilhas de aprofundamento, inclusive aprofundando as desigualdades educacionais e retirando tempo de vivência da sociabilidade juvenil, também necessária para a formação das juventudes em outras dimensões da vida, e, especialmente, inviabilizando que aqueles que necessitam trabalhar para auxiliar no provimento da sua vida e da sua família também o façam. Observamos que a maioria das escolas participantes desta pesquisa ofertam uma matriz de 4 dias com 5 horas-aula e que possuem, ao menos, 1 (um) dia compulsoriamente de contraturno. Mas, logo em seguida, encontram-se as escolas que estenderam a quantidade de aulas para 6 e 7 horas-aula, buscando manter o atendimento em um único turno [seguindo até as 12h30, por exemplo]. A necessidade de contraturno predominou nas respostas, pois em todas as outras matrizes se preveem atividades estendidas [o que inclui escolas de uma mesma rede ofertando tempo integral todos os dias para alguns de seus estudantes]. Essa mesma questão é relatada por parte significativa dos participantes da pesquisa, tanto de gestores quanto de professores, sobretudo porque diante de seus contextos de vida, estudantes precisam inserir-se precocemente no mercado de trabalho e estão encontrando dificuldades de conciliar trabalho e estudo, podendo repercutir, inclusive no fracasso escolar, aqui entendido como evasão, abandono ou repetências recorrentes. O que salta nessa questão é que em uma mesma rede, há desigualdades de tempos de permanência dos estudantes nas escolas e, por sua vez, de acesso às

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



atividades que primam pela ampliação da oferta de repertórios formativos. Observa-se que essa diversificação acaba beneficiando aqueles que são estudantes que não tem absoluta necessidade de trabalhar e especialmente penalizando os mais empobrecidos, que necessitam adentrar ao mercado de trabalho para prover a vida.

5. A aceleração do tempo de implantação da reforma em curso, atravessado pelo contexto pandêmico, contribuiu para uma não preparação adequada das escolas com vistas a uma transição ao NEM e a presença mais ampliada de atores de políticas descomprometidos com os interesses da educação da classe trabalhadora. As contradições instaladas nos relatos dos participantes permitem observar um descontentamento com tudo que está acontecendo e uma ampla desigualdade de conhecimentos sobre a dinâmica curricular que o NEM impõe e suas demandas emergentes. Essa desigualdade se agrava entre escolas piloto que, desde 2017, já vivenciavam transformações oriundas da reforma e que já possuíam uma infraestrutura e experiência com currículos diferenciados por meio de recursos advindos de outros programas, tais como o Ensino Médio Integrado, Ensino Médio Inovador e o Ensino Médio Integral em Tempo Integral, e as escolas que foram incorporadas ao NEM em 2022. Observa-se, desta forma, a necessidade de maior indução da SED-SC em ações que atendam toda a rede com vistas a mitigar os impactos negativos da reforma do ensino médio em SC e ações estratégicas que podem ser realizadas para contribuir no atendimento às demandas. Importa destacar que, mesmo em escolas-piloto, somente após dois anos já iniciado a implantação da reforma é que os estudantes puderam cursar trilhas de aprofundamento [quando já estavam no terceiro ano, finalizando sua permanência neste nível de ensino]. A percepção é de que houve maior preocupação em acelerar o processo de implantação, sobretudo pelo receio de mudanças políticas conjunturais contrárias à reforma, como os intensos movimentos promovidos por associações científicas como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), a União Nacional dos Estudantes (UNE), Observatórios e Grupos de Pesquisa em Educação, como o Observatório do Ensino Médio e o Grupo EmPesquisa.

6. Pode-se dizer que a reforma ditou novos ritmos e práticas às escolas, exigindo planejamento coletivo e interdisciplinar, condições e metodologias para subsidiar a escolha de itinerários e componentes eletivos por parte das juventudes, a urgência na diversificação do uso de espaços físicos [sobretudo para o desenvolvimento de práticas], maior convivência entre professores, gestores e alunos no espaço da escola, diálogo sobre subjetividades da vida pessoal, cidadã e profissional com as juventudes com vistas à elaboração de projetos de vida. Estes são alguns dos elementos mais emblemáticos e que tensionam as respostas e os relatos dispostos nesta pesquisa. A redução da carga horária no âmbito da Formação Geral Básica em diversos componentes tradicionais dos currículos nesta etapa da Educação Básica [como Arte, Filosofia, Sociologia, Educação Física, além de História, Geografia, Biologia, Física e Química], é vista como um fator de precarização, de esvaziamento do acesso ao conhecimento científico escolar e, por sua vez, um fator que pode dificultar ainda mais o acesso dos estudantes da escola pública ao ensino superior e a formação integral. É interessante ressaltar que os professores ainda não observam o trabalho com Trilhas de Aprofundamento ou

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



Componentes Coletivos, como uma estratégia de ampliação de seu trabalho por áreas do conhecimento, com diversificação da sua atuação em componentes curriculares que escapam a sua formação inicial e repercutem sobre a precarização do trabalho docente e a sua desprofissionalização. Relatos chegam a concluir que nestes componentes ocorrem muitas enrolações, mau uso do espaço-tempo de escolarização. Tal fato levanta um alerta acerca da urgente necessidade de um programa de formação continuada para todo o quadro do magistério que atua no ensino médio, sejam professores, orientadores de convivência, diretores e coordenadores, pois é importante e urgente que se qualifique o trabalho com a parte flexível do currículo, sob pena de produzirem impactos desastrosos sobre a formação das juventudes.

7. A falta de infraestrutura ou sua existência inadequada/precária também aparece como um fator relevante neste contexto de implantação da reforma. Tanto gestores, quanto professores, buscam denunciar em diferentes questões abertas as ausências dos laboratórios, as salas de aula superlotadas, as dificuldades de ter acesso a um laboratório de informática com internet de qualidade e até as dificuldades enfrentadas com a merenda escolar. Assim, também, a ausência ou presença precária de espaços que são fundamentais para a aprendizagem e o desenvolvimento de experiências pedagógicas, como bibliotecas e salas de arte. Evidencia-se a importância da mantenedora ouvir para atender melhor as demandas das escolas, o que não só deve incluir reformas e adequações de espaços físicos, como também estabelecer uma política de formação continuada que dialogue com a concepção da proposta curricular do estado de Santa Catarina, descaracterizada pela influência da concepção restrita presente na Base Nacional Comum Curricular, que advoga a formação de competências e habilidades em detrimento de uma formação verdadeiramente integral na perspectiva da omnilateralidade e da politécnica.

8. Sobre a formação continuada, cabe destacar a urgência de ajustar o formato de oferta, potencializando encontros presenciais nas escolas, mas também ofertados regionalmente pelas coordenadorias e a própria SED-SC, repercutindo sobre a própria concepção de educação da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. Observamos fortes críticas ao modelo virtual e a plataformização, oriundo de cima para baixo, sem diálogo com a rotina da escola, e, particularmente com o viés das formações alinhadas aos interesses do empresariado nacional, que interferem, há anos, na formulação e implementação de políticas educacionais, com forte atuação sobre a reforma do ensino médio. Os professores sentem a necessidade de protagonizar mais, compartilhar experiências entre colegas. Observa-se um descontentamento com formações prescritivas que jogam a responsabilidade toda para as CREs e as escolas para o sucesso do NEM, que se manifesta como uma política que possui muito mais limites que possibilidades quando analisados seus impactos no cotidiano das escolas, sobre a formação das juventudes e sobre o trabalho dos professores e gestores das escolas.

9. O espaço-tempo adequado para o planejamento integrado também foi ressaltado como um fator importante para o desenvolvimento do NEM, e o é para qualquer política educacional. Os dados e relatos apontam grandes dificuldades, seja porque os professores transitam entre escolas, possuem contratos temporários em mais de uma escola, atuam com muitos componentes e não conseguem estar em todos os grupos. Até

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



casos em que não há tempo de planejamento na escola por falta de um espaço adequado. As novas matrizes curriculares pressupõem trabalho interdisciplinar e, nesse sentido, sentar entre colegas para pensar sequências didáticas conjuntas e trocar experiências faz toda diferença. Observa-se, desta forma, demanda urgente de qualificação deste espaço-tempo: seja por qualificação orientada da hora-atividade, seja pela criação de uma carga horária específica e remunerada para o planejamento [como já ocorria no EMI ou no EMITI], e, ainda, o estabelecimento de hora-atividade para Assistentes Técnicos Pedagógicos e Especialistas em Assuntos Educacionais, para dedicarem tempo para estudos e planejamento no sentido de atuarem como formadores e articuladores de projetos, políticas e práticas que tenham como horizonte a melhoria da qualidade dos processos educativos e formativos das escolas.

10. O Projeto de Vida também foi um tema recorrente no conjunto dos dados levantados na pesquisa. Observa-se que a maioria dos profissionais respondentes não se sentem totalmente preparados para atuar neste componente curricular. Consideram este um ponto positivo do NEM, pois a escola pode trazer uma contribuição para ampliar conhecimentos das juventudes sobre seu modo de vida, suas condições de classe, sua identidade, sua diversidade, seus sonhos e angústias. Por outro lado, a percepção é que este espaço-tempo não tem sido bem aproveitado e a carga horária destinada para este itinerário formativo é bastante considerável quando tomadas para análise o conjunto dos demais componentes curriculares obrigatórios, sobretudo na área de ciências humanas. Críticas dos respondentes apontam que não haveria necessidade de ofertar este componente por três anos. E que sua oferta, sem orientações qualificadas e um trabalho sério de todos os envolvidos, não só tem contribuído para o desinteresse de jovens à participação neste componente, assim como pode não ajudar no desenvolvimento de seus projetos. Observa-se que as escolas acabam assumindo papel vocacional ao longo da oferta deste componente curricular, chamando para si e as juventudes, a responsabilidade sobre o sucesso ou fracasso a respeito dos projetos de vidas dos jovens [o que envolve entrada no mercado de trabalho ou preparação para a continuidade dos estudos no ensino superior], desconsiderando as condições materiais concretas dos sujeitos individualmente e enquanto categoria social de juventude no contexto de uma sociedade capitalista que atua perversamente sobre a classe trabalhadora. Outra questão importante é que, com dificuldades na realização de planejamento integrado, Projeto de Vida tem sido um trabalho mais solitário ou com pouco diálogo com outros componentes do currículo.

11. O NEM prevê que, desde o primeiro ano, os estudantes podem escolher quais componentes eletivos e, também, a partir do segundo ano, quais trilhas de aprofundamento gostariam de cursar. Tais escolhas precisam levar em consideração, em primeiro lugar, o desenvolvimento dos projetos de vida das juventudes e suas demandas, questão emblemática e problemática no contexto da prática, tendo em vista o já exposto acima. Na prática, observamos a partir dos dados da pesquisa que os estudantes não tiveram a autonomia esperada e propalada para realizar tal escolha, e, na maioria das vezes, não tiveram a oportunidade de cursar os componentes ou trilhas escolhidas. Os dados apontam que o grau de autonomia dos estudantes na escolha foi parcial, e outros fatores ou motivações não garantiram a efetividade da escolha, tais como as condições infraestruturais e de pessoal para oferta diversificada de trilhas de aprofundamento e

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br



componentes eletivos. Os respondentes da pesquisa destacam a falta de maturidade das juventudes para esta escolha e que o gosto por determinados professores ou temas, ou ainda, a vontade de permanecer na mesma turma ao longo dos anos, são fatores que, em alguns contextos, falaram mais alto na hora da definição do componente curricular oferecido e cursado aos/pelos estudantes. Trata-se de uma escolha estrangulada, constringida e precária. Aponta-se necessidade de revisão, visando: aproximar ainda mais os temas das trilhas de aprofundamento e dos componentes curriculares eletivos às reais demandas dos projetos de vida dos jovens e à realidade concreta da sociedade em que estão inseridos; a oportunidade de diversificação de ofertas, respeitando efetivamente as escolhas das juventudes; melhorar a infraestrutura das escolas e a formação continuada de professores, incentivando práticas que fomentem o real protagonismo dos jovens nos processos de ensinar e aprender, no compartilhamento e convívio com seus pares; qualificar a orientação e/ou mediação pedagógica junto aos jovens permitindo e incentivando que suas escolhas futuras podem e devem permitir as condições concretas para continuar seus estudos em nível superior, mas também vivenciar a cidadania e inserir-se de no mundo do trabalho.

Por uma escola pública, gratuita e de qualidade e universal!

Rua Tiradentes, 167 - Centro - Florianópolis – SC - CEP 88010-430
Fone: (048) 32120300 - www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br